

Diário do Legislativo de 13/11/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 78ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às dez horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Patrús, Maria José Haueisen e Bené Guedes,, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, o Deputado Antônio Carlos Andrada. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrús, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, com diversos convidados, possíveis irregularidades apresentadas pelos clientes do Bancob-Creditec, moradores da cidade de Serranos, contra essa instituição financeira. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Fábio Persi, Presidente da Associação Comunitária do Chonin de Cima, publicado no "Diário do Legislativo" de 19/10/2001; e do Sr. César Natalino de Assis, Gerente Técnico do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, comunicando o recebimento de convite para participar da reunião e informando tratar-se de assunto afeto à Área de Fiscalização do Banco Central. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o assunto em pauta. Registra-se a presença dos Srs. Elvio Antônio da Silva, Prefeito Municipal de Serranos; Humberto Cássio Lima, Vereador da Câmara Municipal de Serranos; Zélia de Azevedo Carvalho, José Rodrigues de Sousa, José Pimenta Filho, Débora Carvalho de Sousa, Adriane Pereira Barbosa, Maria Fátima de Paiva Sousa, José Augusto de Araújo Vasconcelos, Francisco de Azevedo Carvalho, Newton Ferreira da Silva e José Luiz da Silva, clientes do Bancob-Creditec, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Carlos Andrada, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Andrada em que solicita seja formulado voto de protesto contra a ausência injustificada de representantes do Banco Central nesta audiência pública; e em que solicita sejam encaminhados todos os documentos relativos ao encerramento das atividades da Bancob-Creditec na cidade de Serranos ao Ministério Público Federal, a que compete apurar eventuais crimes previstos na Lei nº 7.492, de 1986, que define os ilícitos penais no mercado financeiro e (Lei do "Colarinho Branco"); e do Deputado Agostinho Patrús em que pede sejam solicitadas informações ao Banco Central acerca do encerramento das atividades da Bancob-Creditec, especialmente, no que se refere ao patrimônio da instituição financeira, sua situação jurídica, realização do ativo e outras que se fizerem necessárias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2001.

Maria José Hauelsen, Presidente - Agostinho Patrús - Bené Guedes - Aílton Vilela.

ATA DA 63ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às quinze horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Maria Olívia e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta. A seguir, a Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Manoel Costa, Secretário de Estado do Turismo, solicitando a divulgação das oficinas realizadas pela Secretaria, para organizar os circuitos turísticos, nas seguintes localidades: Governador Valadares, nos dias 25 e 26 de setembro, e, nos dias 20 e 21 de outubro, em Oliveira. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.768/2001, em turno único, para o qual designou o Deputado Márcio Cunha como relator. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas a apreciação do Plenário. Dando prosseguimento à reunião, a Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Márcio Cunha, em virtude de ser apreciada matéria de sua autoria. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2000 (relator: Deputado Fábio Avelar), registrando-se a declaração de voto da Deputada Maria Olívia e do Deputado Márcio Cunha. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.690/2001. Ato contínuo, o Deputado Márcio Cunha passa a direção dos trabalhos à Deputada Maria Olívia. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Viana em que solicita a realização de reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para tratar da preservação da lagoa da Pampulha, em prosseguimento da reunião realizada no último dia 3, e do Deputado Pastor George em que solicita a realização de uma audiência pública no Município de Lima Duarte, para tratar das questões do Parque Estadual de Ibitiboca com os convidados que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2001.

Maria Olívia, Presidente - Pastor George - Dimas Rodrigues.

ATA DA 28ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de novembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante do edital de convocação e acusa o recebimento dos Projetos de Lei n.ºs 1.806 e 1.829/2001, para os quais, respectivamente, designou o Deputado José Henrique para relatar e avocou para si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.160/2001, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.734, 2.735 e 2.746/2001. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 9 de novembro, em Uberlândia, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Uberlândia, 9 de novembro de 2001.

Paulo Piau, Presidente - Geraldo Rezende.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 305ª reunião ordinária, em 13/11/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 2.138/2001, do Deputado Miguel Martini, em que solicita ao Presidente da Fundação de Arte Ouro Preto informações relativas ao exercício de 2000, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela rejeição do requerimento.

Requerimento nº 2.485/2001, da Comissão de Transporte, solicitando ao Secretário da Fazenda o envio a esta Casa da relação de débitos das empresas de ônibus intermunicipais com a Secretaria da Fazenda, em especial o ICMS. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.487/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando ao Secretário do Planejamento e Coordenação Geral o envio a esta Casa das memórias de cálculo das receitas orçamentárias para o exercício de 2002 em complemento às informações já enviadas, bem como o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.496/2001, da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando ao Secretário da Segurança Pública informações sobre descontos ilegais que vêm sendo praticados nos salários dos funcionários, em desrespeito ao disposto no art. 79 e parágrafos da Lei nº 869/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.514/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando ao Secretário da Fazenda o envio a esta Casa do Termo de Entendimento visando ao equacionamento da dívida estadual com empreiteiras, firmado entre a Fazenda Pública Estadual e o Sindicato da Indústria de Construção Pesada, acompanhado de todas as informações necessárias para a sua avaliação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.520/2001, da Comissão de Transporte, em que pede informações ao Diretor-Geral do DER-MG sobre as razões pelas quais as obras do trecho da rodovia que liga São Sebastião do Paraíso a Jacuí estão sendo executadas pela empresa EGESA, não participante do processo licitatório e outras informações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.572/2001, do Deputado Antônio Carlos Andrada, solicitando informações ao Diretor-Geral do DER-MG sobre o contrato de fornecimento celebrado com a PETROBRÁS, detalhando o montante da dívida, os produtos e o fluxo. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2001, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação da Lei Complementar nº 50, de 13/1/98. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.279/2000, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 979/2000, do Governador do Estado, que revoga disposição legal sobre o transporte de preso provisório ou condenado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.162/2000, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 6, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 7 a 21, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 6, da Comissão de Política Agropecuária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Justiça; 7 a 11, 13, 14, 16, 18, 19 e 21, da Comissão de Meio Ambiente, bem como as Emendas nºs 22 e 23, que apresenta; e, ainda, as Emendas nºs 15 e 17, da Comissão de Meio Ambiente, na forma das subemendas que receberam o nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 12 e 20.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 22/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa Bolsa Familiar para a Educação. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.305/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que estabelece a proibição de implantação de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2001, do Deputado Marco Régis, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 79ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 13/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 87ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 13/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.825/2001, da Bancada do PFL.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial das Máquinas "Off-Line", a realizar-se às 14h30min do dia 13/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 13/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 45/2001, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.745/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.778 e 2.779/2001, do Deputado Arlen Santiago.

Finalidade: realizar reunião com convidados para esclarecer as razões que estão impossibilitando o cumprimento do calendário para apuração dos índices de participação dos municípios no rateio do ICMS, nos critérios Educação, Saúde e Receita Própria, previstos na Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/11/2001

2ª Parte (Ordem do Dia)

Pauta Complementar

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.613/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da Comissão Especial do Esporte, a realizar-se às 9h30min do dia 14/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: proceder a estudos sobre a formação de uma política para o desenvolvimento do esporte no Estado.

Convidados: Srs. Carlos Antônio Rios, Presidente da Federação Mineira de Vôlei; Eduardo de Almeida Pinto, Presidente da Federação Mineira de Basquete; Paulo Sérgio de Oliveira, Presidente da Federação Mineira de Handebol; Hélvio Vieira Maia, Presidente da Federação Mineira de

Atletismo; Miguel Bechara, Presidente da Federação Mineira de Tênis; Marcos Antônio Madeira, Presidente da Federação Mineira de Futsal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 14/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, a pedido do Deputado Edson Rezende, a questão da guarda única de filhos de pais separados, atendendo a solicitação da Associação Pais para Sempre, com sede nesta Capital.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 14/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, com diversos convidados, o problema da falta de água em alguns bairros de Belo Horizonte, tais como Serra Verde, Jardim Europa e Nova York.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 14/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.781/2001, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 83ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 14/11/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.516/2001, do Deputado Paulo Pettersen.

Requerimentos nºs 2.732 e 2.733/2001, do Deputado Bené Guedes; 2.737/2001, da Deputada Maria Olívia; 2.784/2001, do Deputado Bené Guedes e 2.782/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.796/2001, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 13/11/2001, destinada à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº

34/2001, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação da Lei Complementar nº 50, de 13/1/98; e dos Projetos de Lei nºs 979/2000, do Governador do Estado, que revoga disposição legal sobre o transporte de preso provisório ou condenado, 1.162/2000, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências, e do Projeto de Lei nº 1.305/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que estabelece a proibição de implantação de aterro sanitário em áreas próximas de residências, cursos hídricos e mananciais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de novembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Batista de Oliveira, Chico Rafael, Jorge Eduardo de Oliveira, Kemil Kumaira e Paulo Piau, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Ivair Nogueira, Anderson Adaauto, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rémolo Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 13/11/2001, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 1.279/2000, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, João Pinto Ribeiro, Márcio Cunha e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2001.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.899

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, João Paulo, Márcio Cunha e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2001, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2001.

Aílton Vilela, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Paulo, Agostinho Patrús, Anderson Adaauto e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o reajuste nos preços do plano de saúde dos servidores desta Casa.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Amílcar Martins, Dalmo Ribeiro Silva e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer em 1º turno.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2001.

Márcio Kangussu, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Elbe Brandão, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se instituir, no âmbito desta Comissão, a pedido desta Presidência, um fórum permanente de acompanhamento e negociação para a defesa dos interesses dos atingidos pela Barragem de Irapé.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2001.

Edson Rezende, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 8/11/2001, as seguintes comunicações:

Do Deputado Alencar da Silveira Júnior, notificando o falecimento da Sra. Marisa Melo Fonseca, ocorrido em 3/11/2001, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Marcelo Gonçalves, notificando o falecimento da Sra. Maria Balbina da Silva, ocorrido em 6/11/2001, em Sabará. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Alencar da Silveira Júnior, notificando o falecimento da Sra. Marília de Assis Castro, ocorrido em 7/11/2001, em Carmo da Mata. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dimas Rodrigues, notificando o falecimento do Sr. Aldemar Júnior, ocorrido em 6/11/2001, em Minas Novas. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

301ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 31/10/2001

O Deputado Alberto Bejani* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que nos visitam nesta Casa na esperança de que se faça justiça, amigos que nos acompanham pela TV Assembléia, há alguns dias venho pensando muito a respeito dessa proposta de emenda à Constituição, sobre a pessoa que foi iluminada, e não tenho dúvida em dizer isso, que é a Deputada Elbe Brandão, em querer fazer justiça. Uma pessoa pode ser uma autoridade, mas não deve perder a sensibilidade humana, não deve deixar nunca que um livro respeitado, que é a Constituição Federal, supere aquilo que respeita o ser humano.

Ouvimos certas autoridades dizerem que essa proposta de emenda à Constituição é inconstitucional, e digo a essas pessoas: "Doutor, a Constituição Federal prega que a saúde é direito do cidadão brasileiro, e estamos vendo milhares de pessoas que morrem neste Brasil por falta de atendimento à saúde, mas está escrito na Constituição que ele tem direito".

Quando lemos esse livro tão importante que é a Constituição Federal, vemos que o cidadão tem direito à segurança, mas, quando lemos os jornais, ouvimos a televisão e o rádio, ficamos sabendo que de três em três minutos morre uma pessoa assassinada ou assaltada no Brasil. Onde está a segurança, que está prevista na Constituição Federal?

Lemos na Constituição Federal que toda criança tem direito à educação e, ao mesmo tempo, sabemos que no vale do Jequitinhonha as crianças chegam a comer cachorros para não morrerem de fome e não estudam. Onde está o respeito àquilo que foi feito em 1988, presidido por Ulisses Guimarães, tão saudoso, e que também não é respeitado? É justo que a irresponsabilidade de vários governos que passaram por este Estado maravilhoso, que é maior que vários países, tenha contratado pessoas por 2, 3, 5 ou 10 anos, pessoas que estão aqui há 10, 15, 20 anos, e que só têm uma certeza: podem dormir empregadas e acordar desempregadas. Isso é justo? Aí, sinto que essas autoridades que deixaram a sensibilidade humana um pouco de lado começam a adquiri-la, começam a pensar e contar não até dez, mas até mil.

O que vamos votar aqui hoje, e tomara que votemos, será apenas para fazer justiça com famílias. Não adianta a imprensa, porque não tenho medo desse negócio de manchetes de imprensa, colocar no jornal que o Deputado Alberto Bejani, que o PFL votou a favor de uma coisa que não é constitucional. Isso não nos interessa, não estou preocupado com isso. Sou da imprensa falem mal ou bem, coloquem na imprensa, e agradecerei. Estou preocupado com minha consciência, de saber que aqui está, não todas as pessoas, mas parte das pessoas cujos dias de angústia que estão passando Deus sabe. Elas estão vendo esta Casa como a Casa da bênção, para começar o primeiro passo para efetivá-las e fazer com que possam dormir empregadas e acordar empregadas.

Quero dizer a vocês que aqui estão, a vocês que estão nos acompanhando por meio da TV Assembléia, à imprensa que aqui está presente, que o voto do PFL é declarado, é o voto favorável a esse momento de lucidez, a esse momento abençoado por Deus que teve a Deputada Elbe Brandão. Vamos votar a favor, sim.

Não temos que esconder absolutamente nada do Plenário da Casa, que é soberano. É aqui que se decide e se mostra para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil que se faz justiça. Quando você faz uma obra que vem ao encontro daquilo que a população necessita, pouco espaço tem em alguns setores da imprensa, a não ser que pague ou dê dinheiro.

Não me preocupo, porque a imprensa não me dá voto nem me tira voto. O que me dá voto é o trabalho. E trabalhar, trabalho, como todos aqui na Casa trabalham. Portanto, não vou me estender, mas quero dizer a V. Exas., Deputados e Deputadas aqui presentes, que a Constituição é maravilhosa e a respeitamos. Mas quando entram em jogo o ser humano e este livro que aqui está, fico do lado de cá, porque é o ser humano. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores do Estado, professores designados que aqui se encontram nesta manifestação espontânea, bonita e fantástica e imprensa aqui presente, vou externar algumas considerações sobre uma luta nossa, uma bandeira que considero das mais importantes para vocês, professores, para os Deputados, para o Governo de Minas, para nossas crianças e para o povo mineiro. Há alguns anos tivemos aqui a aprovação da famosa lei chamada Robin Hood e, recentemente, após apelos de inúmeros Prefeitos, entre eles meu irmão, Prefeito de Ibiturê, Toninho Pinheiro, após trabalho intenso dos Deputados, conseguimos a instituição da Comissão Especial para Rediscussão do ICMS em Minas Gerais.

Por generosidade do Deputado Alberto Bejani, assumi, naquele instante, a condição de relator da Comissão Especial, logicamente com o objetivo de ajudar os mais pobres, levar recursos para os mais necessitados, fazer ações solidárias, porque aqui nos encontramos para percorrer esses caminhos.

Ultimamente, o meu nome tem sido alvo de constantes ataques, mais precisamente pelo jornal "O Tempo", de Betim. Quero tecer comentários, item por item, a respeito dos ataques que injustamente desferiram contra minha pessoa. Há alguns meses, aqui na Casa, numa manifestação maravilhosa, tivemos a oportunidade de reunir mais de 500 Prefeitos das cidades mais pobres do Estado de Minas Gerais para redistribuirmos o ICMS de forma mais justa, humana e solidária.

Betim, a cidade poderosa; Betim, a cidade milionária; Betim, a cidade que não tem mais onde colocar dinheiro; Betim, que está entupida de recursos financeiros, achou por bem, numa atitude de ganância, de egoísmo e de desrespeito ao ser humano e a Minas Gerais, fazer uma reunião com as 80 cidades mais ricas. Algumas manchetes: "Nova Robin Hood Volta a Preocupar Betim", "Município de Betim é o que Perderia com Modificações".

"Deputado Estadual de Ibiturê quer tirar mais recursos de Betim." Pergunto aos Deputados e à imprensa: este modesto Deputado, oriundo de Ibiturê, tem algum poder para tirar recursos de alguém? Sou, administradores e representantes de Betim, um Deputado cômico, ciente de minhas responsabilidades e sabedor, sobretudo, de que minhas ações aqui têm que ser voltadas para os mais pobres, os mais humildes. Em momento algum vou me curvar ao poderio econômico de Betim, de seus representantes e administradores. Sinto-me lisonjeado quando os administradores de Betim falam de mim desta forma: "Deputado Dinis Pinheiro quer tirar recursos de Betim". Cabe à Assembléia Legislativa, representante de vocês, porta-voz do povo mineiro, e não a mim, nortear, posicionar-se e definir para onde os recursos do ICMS serão direcionados.

Num outro momento, o Deputado Ivair Nogueira, representante da cidade milionária de Betim, que deveria dar um exemplo de solidariedade e ajudar os mais pobres, fala na sua entrevista: "Deputado Dinis Pinheiro foi oportunista. Deputado Dinis Pinheiro apresenta emenda Frankenstein. Deputado Dinis Pinheiro apresenta emenda inconstitucional e inaceitável". Talvez o Deputado Ivair Nogueira ainda não tenha tido a oportunidade de conhecer o Regimento Interno da Casa. O Deputado Dinis Pinheiro em momento algum apresentou emenda. Apresentei um projeto para ser apreciado pelos Deputados. Talvez o Deputado Ivair Nogueira e o Prefeito de Betim não saibam o que significa emenda Frankenstein. Frankenstein, Deputado Ivair Nogueira, Prefeito de Betim, Secretário Municipal da Fazenda de Betim, Frankenstein é criação literária em que diversas partes se unem num só corpo. Faço esse desafio ao Deputado Ivair Nogueira, representante dos milionários, ao Prefeito de Betim, ao Secretário Municipal da Fazenda: em que ponto meu projeto apresenta algum item que não seja pertinente ao projeto de ICMS do Estado? Faço esse desafio. O Secretário da Fazenda de Betim esteve aqui, mas, numa atitude covarde de pessoa fraca, não teve sequer a hombridade de fazer a leitura, na íntegra, de carta ameaçadora do Município de Betim. Betim não é dona do ICMS mineiro. Betim não pode reclamar do que não é seu. Betim deveria enxergar que no nosso mundo, no meio de tanta pobreza, não pode ser um oásis de luzes enquanto ao seu redor existe um inferno de pobreza, de miséria e de fome. Ao invés de fazer reuniões com os mais ricos, Betim deveria, numa atitude de despreendimento, de humanidade, de cristianismo, dar um exemplo ajudando os mais humildes, os municípios pobres e o povo de Minas Gerais.

Só para ilustrar, Betim tem receita de R\$13.000.000,00 de ICMS, arrecada quase R\$30.000.000,00 mensais.

O projeto apresentado por mim, após intenso debate, com a colaboração dos Deputados Ermano Batista, grande amigo e conhecedor do assunto, Arlen Santiago e Alberto Bejani, beneficia mais de 15 milhões de mineiros, mais de 770 cidades. Nesse projeto, pelo qual Betim, cidade que quer ser dona não só de Minas, mas do Brasil, deixará de ganhar indevidamente apenas R\$1.000.000,00 mensal. E, mesmo deixando de ganhar essa quantia, no ano que vem as projeções mostram que Betim irá se apoderar do VAF em, aproximadamente, mais R\$2.000.000,00 a R\$3.000.000,00 por mês, ou seja, se este ano ganha de R\$12.000.000,00 a R\$13.000.000,00, ano que vem faturará de R\$15.000.000,00 a R\$16.000.000,00 de ICMS. O VAF dos municípios mineiros representa mais de R\$8.000.000,00, e só o de Betim, pasmem, representa mais de R\$2.500.000.000,00. É lamentável testemunharmos essa ganância, essa vaidade, essa ânsia do infinito que Betim demonstra, nos últimos dias. Em Betim, a extravagância, a abundância de dinheiro é tanta que sua Câmara Municipal, no mês passado, retornou aos cofres públicos mais de R\$1.000.000,00 de sobra de dinheiro. Onde sobra é porque o dinheiro é abundante, e o recurso, excessivo.

Digo "não" ao povo betinense, que é trabalhador, amigo e solidário, mas ao Prefeito de Betim, ao Secretário Municipal da Fazenda, ao Deputado Ivair Nogueira, que vale a pena ser humano, solidário e ajudar os mais pobres. É por isso, Srs. Deputados, que faço uso desta tribuna, convocando-os a me ajudar na tramitação desse projeto do ICMS. Vamos, sim, implantar, com a sua aprovação, a lei solidária, para ajudar os mais necessitados.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Sr. Deputado, sem entrar nos meandros dessa disputa e da citação do nome do Deputado Ivair Nogueira, cumprimento-o pelo relatório feito. Todas as cidades puderam sentir que se trata de um projeto altamente social. Eu, como representante do Norte de Minas, uma das regiões mais desassistidas do Estado, embora seja uma das mais ricas, sou a favor do parecer e do projeto de V. Exa. porque também interessa-me diminuir essa injustiça social que se comete nas várias áreas do Estado de Minas Gerais. Nosso apoio irrestrito ao projeto de V. Exa. Vendo este Plenário cheio, quando os professores lutam legitimamente por seus direitos, lembramo-nos de aqui trazer os Prefeitos do Norte de Minas porque não abriremos mão dos recursos que certamente advirão para nosso Estado, ajudando a colocar a região no lugar que merece. Obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Parabenizo o Deputado Dinis Pinheiro como relator desse projeto, de grande valia para o Estado. Faz-se necessária a divisão mais justa do dinheiro entre as várias cidades. No Governo passado, quando do Projeto Robin Hood, minha cidade, Pedro Leopoldo, onde meu irmão era Prefeito, perdeu mais de R\$900.000,00. Quando do questionamento de meu irmão a respeito do problema, disse-lhe que estava errado, pois se tratava de uma dívida social para com o resto do nosso Estado: Norte de Minas, vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

E está aí a resposta que dei ao meu irmão: não podemos ser egoístas neste mundo. Temos que olhar quem merece. E Minas Gerais é um Estado grande, Betim é uma cidade grande, Pedro Leopoldo é uma cidade grande.

Nobre Deputado Dinis Pinheiro, V. Exa. está de parabéns e pode contar com o nosso partido, o PDT. Estamos aliados a vocês e aos designados que aqui se encontram. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Caro Deputado Dinis Pinheiro, gostaria apenas de dizer que foi uma honra presidir a Comissão

Especial da Lei Robin Hood e ter escolhido V. Exa. para ser relator. Não tenho dúvida de que aquilo que V. Exa. fez merece o aplauso de Minas inteira. Temos 9 milhões de pessoas beneficiadas com a Lei Robin Hood e, por que não dizer, com a lei de Deus: quem tem um pouco mais tem que ceder para quem tem um pouco menos. Portanto, V. Exa. está dentro da lei de Deus. Parabéns!

O Deputado Dinis Pinheiro* - Agradeço as manifestações favoráveis, sobretudo do Deputado Marcelo Gonçalves, que fez um pronunciamento bonito e puro e que deveria ser copiado pelas lideranças milionárias do Município de Betim.

Agradeço as palavras elogiosas do Deputado Alberto Bejani.

Fica registrado o meu chamamento. Ajudem-me a aprovar essa lei, que é uma lei humana, uma lei de Deus, uma lei fraterna e amiga, solidária, feita para ajudar os mais pobres, uma lei para ajudar mais de 15 milhões de mineiros. Aos professores designados aqui presentes, como filho de uma professora com 50 anos voltados para o magistério, que atualmente preside a Fundação Helena Antipoff, quero, de forma muito tranqüila e espontânea, manifestar o meu apoio, o meu respeito e o meu apreço a todos vocês. Parabéns.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelino de Carvalho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores professores, educadores e servidores do ensino que hoje honram esta Casa com a sua presença e abrihantam este lugar, quando ocupei esta tribuna tive a oportunidade de falar aos senhores e às senhoras que esta Casa tinha a responsabilidade de corrigir, doa a quem doer, as injustiças cometidas neste Estado e que nós, Deputados, não iríamos fugir à responsabilidade. Apresentei a esta Casa o Projeto de Lei nº 1.702/2001, que recebeu, por parte dos parlamentares desta Casa e por parte dos educadores e dos servidores, muitos elogios. Esse projeto incorpora os contratados, efetivando-os nos quadros da educação como funcionários públicos, porque a experiência de anos é muito mais importante que apenas e tão-somente uma prova escrita e oral.

Quem dedica amor e luta com carinho e garra, vivendo, há muitos anos, dentro de uma escola, como uma família, já foi aprovado pelo povo e tem que ser aprovado pelo Governo.

Meu projeto recebeu inúmeros elogios, e quero destacar um ofício que recebi de Brasília, de nossa Deputada Federal Maria Elvira, a favor da aprovação, assim como muitos outros. Como nosso projeto, diante das circunstâncias legais, tornava-se insuficiente para enfrentar quaisquer questões levantadas, quer no campo do Direito, quer no político, esta Casa, na sabedoria dos Deputados, apresentou, assinado por 25 Deputados, um projeto idêntico, mas mais abrangente: a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, que dá o direito - e não favor - de todos permanecerem em seus cargos.

Senhores e senhoras, desde que convocamos os educadores e todos os que trabalham no ensino para estarem aqui presentes e se manifestarem, entendemos que esse direito deve ser mantido. Quando abri meu gabinete, no 19º andar, para esses trabalhadores realizarem suas reuniões, trocarem informações e acompanharem o processo, sabíamos que haveria necessidade de mobilização.

Professores e professoras são muito mais fortes do que pensam. Diante dessa força política e do respeito que os Deputados e as autoridades têm por todos os que trabalham na educação, desde as serviçais até os supervisores de ensino, o Governo há de se curvar.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 63 vai a Plenário. Depois, será encaminhada ao Governador, que, com certeza, deverá sancioná-la, senão, voltará a esta Casa. Faremos o acompanhamento desse processo, pois vivemos dos resultados. Estamos no meio da batalha, mas já sabemos qual será o final. Continuem firmes. Colheremos uma vitória, que não é do Deputado Adelino de Carvalho, mas de vocês. O resultado que todos os educadores e os que estão nesta Casa almejam será atingido. Estão em uma luta e podem considerar-se vitoriosos.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Obrigado, Deputado Adelino de Carvalho. Parabéns pelas suas palavras. O Governador Itamar Franco é da minha cidade, e sempre o vi como pessoa humana e sensível. Espero que não faça a besteira de vetar essa proposta e que se lembre de que, um dia, teve professora e professor. Hoje é Governador porque estudou. Não vetará um projeto humanitário. Espero que não me force a dizer "não" à sua candidatura à Presidência da República. Muito obrigado.

O Deputado Adelino de Carvalho - Tenho o pensamento um pouco diferente do nobre Deputado Alberto Bejani, que é um dos Deputados mais notáveis desta Casa, com relação a essa questão. O Brasil está preocupado com o que está ocorrendo aqui, porque a posição do nosso Governador no que diz respeito aos serviçais, aos professores e aos educadores refletirá no País inteiro, principalmente com relação à campanha política para a Presidência da República. Votei em Itamar Franco e votarei novamente, porque tenho a certeza de que o Governador aprovará essa proposta. Não posso trabalhar o meu raciocínio contrariando o óbvio e aquilo que a sociedade pede. Um Governador honrado, sensato, honesto, limpo e querido em todo o Brasil não poderá macular o próprio nome junto aos educadores, cometendo injustiça tão grande, como alguns desejam.

Agora, observem: não tenho visto por aqui os parlamentares que votarão, de diversos partidos, inclusive alguns que dizem representar o professorado. É preciso que seja feito um acompanhamento. Não posso, em hipótese alguma, negar que esta Casa hoje vai votar um projeto que, mais do que pelo clamor dos educadores, é também a vontade do povo, da sociedade, que tem visto a luta honrada e honesta dos que empunham a bandeira do ensino. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das galerias, imprensa, primeiramente quero falar de um requerimento que apresentei à Mesa, sobre os mais de US\$2.000.000.000,00 que o Governo Federal receberá da Polônia, e uma Senadora apresentou requerimento em Brasília, destinando esse dinheiro para o Norte e o Nordeste do País. O requerimento é endereçado ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, para que inclua também nesse montante o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, porque essas três regiões de nosso Estado têm as mesmas dificuldades do Nordeste. Espero que o Presidente da Câmara Federal consiga fazer essa inclusão na partilha desse dinheiro da Polônia.

Aproveito também para agradecer a todos os 77 Deputados desta Casa que votaram em 1º turno o projeto do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que apresentei substitutivo diminuindo o ICMS das indústrias têxteis, de calçados e vestuários, de 18% para 12%. O nosso Estado já não agüenta competir com outros em que o ICMS é de apenas 12%, 10%. O que estava ocorrendo com as nossas famílias, com os nossos trabalhadores é que para os empresários era muito cômodo levar suas empresas para o Nordeste, onde o ICMS é bem reduzido, como no caso da indústria de Divinópolis - FITED -, em que mais de 800 famílias perderiam o emprego se o Governador não se sensibilizasse por essa causa. Então, agradeçamos a todos os Deputados que votaram esse projeto, que não é do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nem o substitutivo é do Deputado Marcelo Gonçalves, mas dos 77 Deputados que têm voto nesta Casa.

Sr. Presidente, temos de fazer justiça a todos os que estão aqui nas galerias e nos corredores. Não sejamos omissos e mostremos a nossa cara

com o voto aberto. Tem de ser o voto aberto, para mostrar quem vota realmente nesta Casa.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Deputado Marcelo Gonçalves, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. a oportunidade. Estamos muito felizes porque V. Exa., um Deputado não muito antigo na Casa, se associa a nós, que representamos o Norte de Minas, nesta hora difícil. V. Exa. trouxe a esta Casa uma reivindicação que prova que muitas pessoas no escalão federal insistem em não entender: que a SUDENE é o Nordeste e mais o Norte de Minas. Portanto, não há divisão. As cidades do Norte de Minas pertencem à SUDENE constitucionalmente, já que esta foi criada para atender a regiões que têm determinadas dificuldades. Já não é possível que haja discriminação contra essa região.

Caro Deputado, quero agradecer e louvar a atitude de V. Exa., que passou a conhecer, por meio do seu trabalho, a nossa região e as dificuldades ali existentes e soma esforços conosco nesta luta que empreendemos diuturnamente no desempenho de nosso mandato. Muito obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, quero cumprimentá-lo pela sua fala.

Quero dizer aos nossos queridos professores, serviçais e funcionários da educação, que lutam por amor à causa e trabalham por dias melhores, que podem contar com o Deputado Dimas Rodrigues. Estamos ao lado de vocês. Efetivar vocês é praticar justiça. Vocês fizeram tudo pela educação. Vamos lutar para aprovar essa proposta de emenda à Constituição, que é importantíssima, para não cometer injustiça com esses funcionários que lutaram e lutam por melhores dias para Minas e o nosso povo. Continuem lutando, porque a causa de vocês é mais que justa. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves (continuando) - Agradeço o aparte do Deputado Dimas Rodrigues.

Quero solicitar a todos os nossos colegas Deputados que façamos uma votação aberta, e não, secreta, porque cada um tem de mostrar a sua cara.

Sr. Presidente, estive em um debate com o Presidente do Tribunal de Justiça. Ele me disse que não existe mais a 12ª Vara de Tóxicos e Entorpecentes em nosso Estado. É lamentável que uma vara tão importante tenha acabado. A referência do Presidente é que a vara estava acumulando muito serviço. Sabemos que o mundo está cada vez mais se especializando. Todos os processos dessa vara serão distribuídos para as outras varas.

O Presidente do Tribunal, pessoa muito sensível e aberta ao diálogo, mostrou que não há condições de se criarem mais três varas específicas de tóxicos e entorpecentes. Hoje, ele nos deu o orçamento da criação dessas três varas. Quero conchamar a todos vocês, Deputados, para que incluamos no orçamento a criação de mais duas varas de tóxicos. Precisamos realmente delas e precisamos acabar com este mal maior da nossa sociedade e do nosso País, que é a droga. Conforme as estatísticas, de 70% a 80% dos usuários começaram a fazer uso de drogas entre os 10 e os 14 anos de idade, ou seja, nas escolas. Isso é muito grave. Não adianta criar 10 ou 15 varas. O maior trabalho é a prevenção nas escolas, nas comunidades, nas famílias. Enquanto houver usuários, haverá traficantes.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, cumprimento V. Exa. por suas palavras. Estamos empenhados nessa luta, sensibilizando os demais pares desta Casa, a fim de aprovarmos emenda ao orçamento possibilitando que o Tribunal de Justiça crie três varas, juizados especializados para julgar os processos relativos ao uso e ao tráfico de drogas.

Durante os trabalhos da CPI do Narcotráfico - sob a Presidência de V. Exa. e tendo este Deputado como sub-relator -, chegamos à conclusão de que é extremamente necessário que essas varas sejam especializadas, a fim de se tratar do assunto com atenção maior, porque o narcotráfico tem crescido muito em nosso Estado, correndo os nossos lares, fazendo com que os adolescentes tenham um caminho bem diferente daquele pretendido por seus pais. É importante discutirmos com o Colégio de Líderes desta Casa, buscarmos um entendimento entre todos os Deputados. Assim, no momento de votar o orçamento, poderemos dar condições ao Tribunal de Justiça, já que o seu Presidente, o Desembargador Gudesteu Biber Sampaio, disse que precisa ter previsão orçamentária para a criação dessas varas.

Particpei dos trabalhos da CPI do Narcotráfico durante 1 ano, exerci a função policial, combatendo o tráfico nas ruas, durante 15 anos e, agora, sou representante da Assembléia no Conselho Estadual de Entorpecentes, cujo Presidente é o Dr. Antero Drumond, que recentemente foi eleito - uma honra para Minas Gerais - Presidente Nacional dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes do Brasil.

Ressalto as palavras de V. Exa., que representam o pensamento do Conselho Estadual de Entorpecentes, a fim de que o Presidente do Tribunal possa criar essas varas, substituindo o excelente trabalho prestado à sociedade pelo Juiz Eli Lucas de Mendonça, à frente da 12ª Vara Criminal. Agora, os seus processos estão sendo pulverizados em 12 varas. Sabemos que levará enorme tempo para que os outros Juizes se acostumem - a exemplo daquele Juiz - a tratar dessa matéria com o rigor necessário que a lei requer, já que o tráfico de drogas é considerado crime hediondo. Por tudo isso, Deputado Marcelo Gonçalves, parabenezo-o por suas palavras.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte do Deputado Sargento Rodrigues.

Para finalizar, dirijo-me a todos os designados, em nome dos Deputados Bené Guedes, Sargento Rodrigues, Alencar da Silveira Júnior, Carlos Pimenta e João Batista de Oliveira, enfim, em nome da Bancada do PDT: podem ter a certeza de que desejamos o voto aberto e votaremos com vocês. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, imprensa, informo aos funcionários públicos que a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 terá o meu voto favorável.

Subi a esta tribuna para falar a respeito do trabalho social que venho fazendo como político há nove anos. Como a TV Alterosa está pegando no meu pé, quero explicar como cheguei até aqui, defendendo e trabalhando para o povo.

Vim do vale do Jequitinhonha, de Araçuai. Daqui até lá são mais de 710km. Aquela é uma região carente, em que muitas pessoas passam fome porque não têm o que comer. Vim de pau-de-arara, mas fiquei no meio do caminho, onde havia uma fogueira, e cheguei aqui em 1959.

Tirei cascalho do rio Arrudas, para comer pão molhado. Éramos 12 irmãos, mas 6 eram menores. Trabalhei de faxineiro em frente à Assembléia, na Av. Olegário Maciel, 2.025, num prédio azul. Também trabalhei de faxineiro, jardineiro e copeiro na R. Bernardo Guimarães, 1.444, esquina com a Av. João Pinheiro. Trabalhei numa fazenda, cuidando de animais, roçando pastos e cercando brejos. Em 1969, abri um pequeno comércio e, à medida que crescia, ajudava a população mais carente.

Quando ia ao CEASA, de acordo com o valor com que a mercadoria lá entrava, se abaixava, voltava com ela para vender mais barato para aquele povo. O que sobrava, dava para escolas e creches.

Candidatei-me a Vereador em 1992 e fui eleito. Tive 769 votos. Com trabalho social, defendo a população de Betim e o povo mais carente na área da saúde. Tenho dois gabinetes funcionando 24 horas por dia. Betim tem 200 bairros. Se uma pessoa passar mal à noite, pego em casa e levo ao hospital.

Em 1996, fui o Vereador mais votado de Betim, com 2.033 votos, sempre ajudando a população e com o meu supermercado combatendo a inflação. Se um estabelecimento vendia um produto por R\$10,00, vendia por R\$8,90 e forçava o concorrente a vender mais barato. Com isso, quem ganhava era o mais humilde e o assalariado.

Sempre ajudei o povo. O dinheiro que ganhei como Vereador de Betim, em 8 anos, devolvi ao povo por meio de trabalho social. Distribuo verduras há quase 30 anos, como já expliquei: se estava barata, comprava para sobrar, com excesso; vendia mais barato, e o que sobrava, dava para escolas e creches.

Mas, hoje, estou sendo condenado, pisado, humilhado pela televisão, porque o dinheiro que ganho do povo gasto com o povo. Se ganhei algum dinheiro, posso fazer o que quiser com ele. Se não o quero, posso dá-lo a quem quiser. E escolhi o mais carente, o mais humilde, o assalariado.

A TV Alterosa está no meu pé há oito dias. É um prazer ouvi-la falar o meu nome. Mas digo o seguinte: vá ao CEASA e faça uma pesquisa, para ver se estou certo ou errado, incentivando o produtor rural.

Hoje, os produtores rurais estão quebrados. Se todos os políticos do Brasil fizessem o que faço, talvez os produtores rurais não estivessem como estão. Desafio a TV Alterosa a ir ao desempregado, ao CEASA, junto aos produtores, para ver se estou certo ou errado.

Na quarta-feira, dia 24, a TV Alterosa esteve no Bairro Alterosa e perguntou a mais de 300 pessoas se eu estava comprando voto. E só mostrou os negativos; os positivos, não mostrou. Gostaria que a imprensa mostrasse a verdade, não, a falsidade. Tenho 50 mil nomes no meu computador e não tenho nenhum título de eleitor dessas pessoas. Faço esse trabalho há nove anos, e aquele título que apareceu na televisão foi montado, foi feito, porque - podem perguntar aos meus funcionários - não pego título de ninguém. Atendo todo o povo mineiro, não interessa a quem, porque sou empregado do povo.

É proibido gastar meu dinheiro? Meu dinheiro é meu e faço com ele o que quiser. Se for proibido dar verdura, vou vender a R\$0,05 o quilo. Quero que a TV Alterosa vá ao CEASA e pergunte aos produtores se estou certo ou errado: comprei nove carretas de verdura, do dia 19 até o dia 24. Quantos produtores tenho incentivado? Quantas famílias não iam comer aquela verdura e hoje estão comendo? São 12 kg para cada pessoa, não interessa se é do PT, do PSB ou do PMDB, o importante é gastar com o povo o que ganho do povo.

Tenho sete ambulâncias. Abaeté é uma cidade que está a 220km e não tem ambulância, porque a da cidade é importada e está quebrada há três meses. Duas pessoas vieram ontem para serem operadas e estão no Hospital Santana. Foram trazidas pela minha ambulância. Uma moça cortou o nervo da mão e minha ambulância trouxe-a na segunda-feira, está no Hospital João XXIII. No domingo, uma mulher de Santa Catarina foi acidentada por um senhor que saiu da fazenda para Brasília, ele não olhou para a esquerda nem para a direita e entrou direto. Minha ambulância trouxe-a para o Hospital Mater Dei. Meu motorista estava doente e tive de dar R\$30,00 a um taxista para vir guiando minha ambulância no domingo, à meia-noite. Ela já salvou várias pessoas idosas que tiveram infarto. Numa cidade que tem 35 mil habitantes e não tem uma ambulância, serei um criminoso, serei multado e condenado, porque estou ajudando o povo? Que país é este, gente? Saio da política, mas saio com a consciência limpa. Ninguém me cobra nada, porque faço mais do que prometo.

Tenho nove escolas de informática gratuitas: cinco estão em Betim, uma em Pompéu, uma em Abaeté, uma em Quartel Geral e uma em Cedro do Abaeté. O jovem que tem curso de informática já não está conseguindo emprego; então, se não o tem, vai varrer rua, porque, hoje, para trabalhar em padarias, supermercados, em todos os escritórios e empresas, é necessário saber informática. O jovem tem de estudar.

Tenho quatro Kombis. Uma delas é escolar e está em Quartel Geral, para levar o jovem para estudar em Dores do Indaiá. Se estou ajudando o povo, serei multado, pisado e condenado? A Kombi foi comprada com meu salário de Deputado e tem placa amarela.

Distribuo 15 mil litros de leite para 600 famílias carentes. Estou errado em ajudar o povo? O dinheiro é meu, faço com ele o que quero, dou a quem quero e gasto como quero. Gasto o meu dinheiro com o povo, porque ganho do povo.

Gostaria que a TV Alterosa fosse às vilas de Betim e perguntasse às pessoas que estão desempregadas e não têm verdura em casa se estou certo ou errado. No entanto, na televisão, só aparece o que não presta, apenas as coisas más.

Recentemente, fui eleito Vice-Prefeito de Betim. Era suplente do Deputado Ronaldo Canabrava, eleito Prefeito de Sete Lagoas. Poderia escolher ser Vice-Prefeito ou Deputado Estadual e escolhi exercer o último cargo para fazer o meu trabalho social. Não adianta falar bonito, o importante é fazer.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Obrigado, Deputado. Gostaria apenas de dizer a V. Exa. que demonstra, para nós, desde a sua posse, que ocorreu no final do ano passado, que, além de tudo, é uma pessoa humana. Quando as pessoas são humanos e passam para as outras pessoas o que necessitam, não se preocupam com alguma manchete na imprensa ou com alguma imagem de V. Exa. que esteja na televisão, no jornal, ou com seu nome que está no rádio.

Sou da imprensa e quero dizer-lhe que, acima da imprensa e de todos nós, há alguém que é realmente soberano e está vendo tudo isso que V. Exa. está fazendo. É Deus. Fique tranqüilo. Pode ter a certeza de que, se V. Exa. já era grande no meu coração, hoje é muito maior não pela sua simplicidade, mas pela sua honestidade, com palavras simples tocou o coração de todos nós. Parabéns!

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Pedro Pinduca, um homem que faz o que você faz para a comunidade de Betim vai ser perseguido, sim. Depois que esta Casa se recusou a apurar as porcariadas que há no Ministério Público e no Judiciário de Minas Gerais, a imprensa se dá o direito de fazer isso. O Deputado não pode cumprir a sua função, a finalidade para a qual foi eleito. V. Exa. foi eleito com a promessa de ajudar os desvalidos de Betim. Tem cumprido muito mais que isso porque tem ajudado muita gente em Minas Gerais inteira.

Agora, pelo fato de V. Exa. não ter frequentado universidade, como muitos aqui, e não falar bem como a elite gosta, sempre é condenado, mas jamais vai ser julgado pelo povo. O povo o protegerá e estará sempre com V. Exa., embora a Casa tenha se acovardado com suas responsabilidades. Daqui a pouco vou falar da tribuna de como a Casa pode deixar um Deputado ser massacrado. Deveria interferir, mas é covarde, submissa e não atende aos interesses do povo. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Sr. Deputado, já conhecedor das suas grandes virtudes, fico profundamente sensibilizado com o pronunciamento que, neste instante, acaba de externar. Para toda Minas Gerais, demonstra a sua sensibilidade, o seu coração humano, a sua pureza de sentimento, seus valores incontáveis e, acima de tudo, a sua franqueza, essa humildade franciscana e esse espírito solidário. Sempre foi e será exemplo para todos os parlamentares e para toda Minas Gerais, ajudando os mais pobres e estendendo a mão aos mais humildes.

Acredito que, sendo exemplo para a Assembléia e para Betim, o Prefeito de Betim, o Secretário Municipal da Fazenda e outros representantes do povo de Betim deveriam seguir esse exemplo solidário. Parabéns!

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elbe Brandão* - Meu boa-tarde carinhoso, respeitoso, moral, ético, justo a todos vocês que são cidadãos de Minas Gerais, que são mães, que são mulheres. Meu abraço fraterno para as pessoas que aqui estão, muitos de cabelos brancos, outros que já estão na estrada do serviço público há 5, 10, 15, 20 anos. Vocês não são engodo, como diz o sindicato que representa a classe do professorado e de funcionário público. Vocês são realidade, são a força motora que ensinou - quem sabe? - os filhos dos representantes dos sindicatos a ler, ter coração, ter respeito, ser honesto, ser solidário com a humanidade. Depois do ocorrido nos Estados Unidos, vemos que de nada adiantará avanços tecnológicos se a alma humana não melhorar e não aprender a olhar para seu semelhante com justiça e respeito. Um momento como este de hoje fez surgir a Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Aqui não estaremos votando "trem da alegria", não estamos tratando de responsabilidades, estamos tratando da possibilidade de o Governo do Estado, por uma simples canetada, cuspir mais de 100 mil trabalhadores na rua sem direito a R\$0,01 de indenização, sem direito de se aposentar e sem direito, fundamentalmente, ao trabalho. O Secretário da Educação pediu para vocês entrarem pela porta da frente da educação. Será que, quando o Estado os chamou a trabalhar e servir ao nosso povo por 5, 10, 15, 20 anos, vocês entraram sempre pela porta do fundo? Acredito e desejo que vocês não entrem por nenhuma porta, mas que permaneçam onde estão, consolidados no trabalho, que é o que vocês querem e demandam.

Houve momentos em que ouvi dizer que eu estaria vendendo ilusão, que eu estaria apenas à caça de votos. Essas pessoas deveriam respeitarme, deveriam conhecer minha vida, minha trajetória de sertaneja das Minas Gerais que aprendeu a lutar por aquilo que quer e por aquilo que pensa que é correto e justo. Não estou vendendo ilusão, simplesmente sou uma na caravana da esperança. Sem esperança, nada construímos. Sem construção, não há futuro, e, sem futuro, de nada valem as palavras. Se as palavras não valerem, não há que existir parlamento, porque nosso instrumento é a fala e a voz na defesa da justiça social.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputada Elbe, queria dizer para V. Exa. que a proposta de emenda à Constituição é bem vinda porque só vai corrigir injustiças que aconteceram durante anos em Minas Gerais. Em 1988, quando foi promulgada a Constituição da República, e em 1989, quando foi promulgada a Constituição dos Estados, funcionários com cinco anos de efetivo exercício no Estado foram efetivados. Temos hoje professoras contratadas, com mais de 28, 35 anos de trabalho, sem direito a absolutamente nada.

Pergunto se a inconstitucionalidade foi da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, que V. Exa. apresentou, ou de quem apresentou a proposta que efetivou os funcionários do Judiciário e desta Casa? Quem sabe, a da saúde também? Gostaria que prestassem atenção ao que direi: há um complô para que essa proposta de emenda à Constituição não seja aprovada. Digo-lhes que foi apresentada uma emenda só para que voltasse à Comissão para não ser votada. Quero que entendam que se trata de uma luta e que aqui voltem em número 100 vezes maior; daqui não saiam enquanto os Deputados não fizerem a mesma justiça que fizeram com os funcionários desta Casa, com os funcionários do Judiciário, porque são submissos à Justiça de Minas Gerais. Acho que os professores têm muito mais direito e os Deputados muito mais obrigações do que vocês do que com os outros, mas, pela batuta do Judiciário, resolveu-se o problema dos funcionários da saúde e desta Casa juntos, atrelados, mas o dos professores quiseram deixar fora.

Deputada Elbe Brandão, parabéns, conte com Irani, e alerte a todos os educadores mineiros que se encontram na mesma situação que há um complô para que não se aprove essa proposta de emenda à Constituição. Peça ao Presidente para fazer a chamada dos Deputados do PT, pois eles, que sempre foram votados pelos educadores, não se encontram presentes nesta Casa.

A Deputada Elbe Brandão* - Digo às minhas companheiras da educação que tenho, em mãos, carta do Deputado Federal Fernando Diniz, dizendo: "Informamos a V. Sa. que a proposta de emenda à Constituição que modifica o art. 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição e o art. 33 da Emenda à Constituição nº 19/98 já se encontram, no momento, em fase final de análise na Câmara Federal. Asseguro meu apoio no âmbito federal a essa relevante matéria, e V. Sa. será informada durante todo o processo de tramitação. Ao ensejo, apresentamos nosso protesto de consideração. Deputado Federal Fernando Diniz". Trata-se de homem corajoso que se encontra na luta pela mudança na Constituição Federal para que possam ser beneficiadas. Entendemos que são vítimas do próprio Estado, que cometeu inconstitucionalidade. Quem punirá o Estado? O Estado simplesmente colocará para fora 100 mil trabalhadores, sem direito a 1 tostão?

Quero ver os 77 Deputados, neste Plenário, votando a favor de Minas Gerais, da justiça, da liberdade e do respeito.

Hoje, quando me levantei, pedi a Deus, com muita humildade, que minha boca pudesse não proferir nenhuma palavra que não representasse senão a vontade dele e a justiça. E, quando cheguei ao gabinete pensando em escrever alguma coisa, recebi uma carta que - acredito - todos os Deputados receberam. Portanto, vou concluir, não com a minha fala, mas com a fala de vocês: Professor! Muito mais que uma profissão, ser professor é ter um ato de amor, repartir conhecimento, dar-se, ser espelho, semear esperança e construir o futuro. É isso, Sra. Deputada, o professor reverenciado pelos imperadores na China é o mesmo que, infelizmente, nem sempre goza do mesmo respeito no Brasil. Mas estamos em Minas. A Minas da justiça, do altruísmo, da sabedoria e da liberdade. Liberdade que nos faz chegar até V. Exa. para denunciar a injustiça que se cometeu com centenas de professores no último concurso do magistério em nosso Estado. Acontece, Sra. Deputada, que muitos professores, dedicaram-se ao trabalho como designados durante anos a fio. Como designados, sujeitaram-se a sair de suas cidades, percorrendo diariamente longas distâncias para cumprir sua obrigação; como designados, de um ano para o outro, sofriam o desgaste emocional da expectativa de, novamente, no ano seguinte, conseguirem suas vagas; como designados, muitas vezes, se sujeitavam aos horários mais impróprios, para ganharem tempo e não perderem o seu lugar na classificação.

E veio o concurso, junto com ele vieram também professores recém-formados, com tempo para estudar e até freqüentar cursinhos específicos preparatórios para as provas. E o resultado não poderia ser outro: professores recém-formados aprovados, em contrapartida, mais de 80% dos designados reprovados. Foram anos de trabalho jogados no lixo, sem nenhum reconhecimento. Designados que prestam serviço ao Estado por cinco, dez anos ficaram de fora. Quem durante uma vida "roeu o osso" vai continuar "roendo o osso"! Isso se tiver o osso para roer, porque para eles o concurso pode ser sinônimo de desemprego. Não é justo, Sra. Deputada! Não é justo que quem deu metade de sua vida profissional como contratado agora fique de fora da efetivação. No caso das serviçais, a situação não é menos grave. Diante da crise do desemprego, muitos candidatos com formação superior inscreveram-se para concorrer a uma vaga de serviçal. Fica a pergunta: será que essas pessoas farão os serviços pertinentes ao cargo, como, por exemplo, lavar banheiro? E quem perdeu a vaga e é arrimo de família? Pensando nisso, esse documento tem o sentido de levar até V. Exa. o nosso pedido de socorro, o nosso grito por justiça. Justiça esta que só será feita ao se adotarem critérios para efetivação dos designados com um determinado tempo de serviço. Assim, estamos apelando para este Legislativo para que se promova a efetivação desses designados como foi feito em outras épocas, mais exatamente em 1981 e, posteriormente, em 1994. Por que a diferença agora, Sra. Deputada? Que a justiça seja feita e o mal reparado. Contamos com a atenção de V. Exa., confiamos no seu trabalho e na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, que está sendo proposta. Que Deus nos proteja!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, convidados presentes nas galerias, educadores, já tive oportunidade de manifestar não a posição do meu partido, mas a minha posição como Deputado. Entendo que, hoje, aqueles que são contratados pela educação estão vivendo o drama de possível demissão, e isso precisa ser revisto. Se há inconstitucionalidade na efetivação de cada um de vocês e de muitos que não puderam vir a esta Casa, nesta tarde, também houve inconstitucionalidade por parte dos Governos que passaram por este Estado e permitiram o que não podia. A lei permite a contratação apenas por seis meses, renovada por mais seis. Aqueles que estão há 10 ou 15 anos no Estado dessa forma estão numa situação inconstitucional. É hora de rever isso, não para fazer um trem da alegria, mas justiça, dando a cada um o direito do emprego assegurado.

Não sei até onde os concursos atualmente medem a capacidade para colocar alguém no serviço público. Capacidade se mede ao longo dos anos de trabalho de cada um de vocês, que estiveram à frente nas escolas. Ora, quem trabalha há tantos anos não precisa fazer concurso, porque já demonstrou capacidade, conhecimento e já foi testado e aprovado. Esse é o meu raciocínio, o meu pensamento.

Vim aqui para falar sobre um assunto e acabarei falando sobre dois. Ouvi a palavra de um companheiro, Deputado Dinis Pinheiro, que fez algumas agressões à minha pessoa. Senti, naquele momento, que o Deputado Dinis Pinheiro, que conheço há muito tempo sempre sereno, calmo e tranqüilo, estava trêmulo e nervoso, soltando algumas palavras que, neste momento, tenho que perdoar. Tenho de perdoá-lo quando disse que talvez o Deputado Ivair Nogueira não conhecesse o Regimento Interno. Talvez nós, Deputados, não conheçamos ainda todo o Regimento Interno, porque esta Casa é um aprendizado, a exemplo da vida, porque a cada dia estamos aprendendo uma coisa nova nesta Assembléia Legislativa. Ao contrário do que disse a meu respeito, acho que ele é uma pessoa muito competente, que conhece de ponta a ponta não só o Regimento Interno, mas também os demais trâmites desta Casa.

O Deputado Dinis Pinheiro é futurólogo, porque está tentando adivinhar o voto do Deputado Ivair Nogueira quanto à Lei Robin Hood. Seria bom que refrescasse a memória e voltasse ao passado, lembrando-se de quando essa lei foi aprovada, durante o Governo Eduardo Azeredo, em cumprimento a uma determinação da Constituição Federal, qual seja, a de que 1/4 do ICMS relativo aos 25% tem de ser distribuído por meio de critérios estabelecidos por um projeto de lei.

Deputado Dinis Pinheiro, não sou representante apenas de Betim, mas de Betim e de várias cidades, entre elas cidades de pequeno porte, humildes, cuja arrecadação é insuficiente até para pagar o funcionalismo. Por isso, não defendo apenas Betim. Naquele momento, entendendo o espírito da Lei Robin Hood - tirar das cidades ricas para beneficiar as cidades pobres, fazendo uma distribuição de riquezas -, demos o nosso voto favorável, mesmo sabendo que Betim estava perdendo algum dinheiro. Quando fui criticado pela ex-Prefeita de Betim, Maria do Carmo Lara, que me acusou de ser contra a Lei Robin Hood, disse-lhe que eu e mais 76 Deputados fomos favoráveis à sua aprovação, inclusive os do PT.

Essa lei, que está em vigor até 31/12/2001, precisa ser modificada. Agora, V. Exa. está tentando descobrir qual é o voto do Deputado Ivair Nogueira. Vou antecipá-lo. Sou favorável à distribuição de recursos. Numa reunião realizada em Betim, V. Exa. atacou o Prefeito Carlaile Pedrosa, o Secretário da Fazenda - injustamente -, o jornal "O Tempo" e o Deputado Federal Vittorio Mediolio. Nós, de Betim, estamos amplamente favoráveis à distribuição de recursos, mas não como V. Exa. andou dizendo por aí, referindo-se a um projeto de lei cujo objetivo é levar para a cidade de Ibituripe os municípios que iriam melhorar a receita. Como se pode levar para Ibituripe aqueles municípios que, provavelmente, ganharão com a redistribuição, que será estabelecida na futura modificação da Lei Robin Hood? Aquela foi uma Comissão Especial incumbida de fazer um projeto de lei, que deverá tramitar por todas as comissões desta Casa. O que queremos, o que Betim quer é que esta Casa possa ouvir todos numa discussão ampla, democrática, sabendo, acima de tudo, receber propostas para que, amanhã, não cometamos nenhuma injustiça.

Ora, V. Exa. falou que, em Betim, está sobrando dinheiro, que Betim é uma cidade rica. Gostaria de lhe dizer que isso foi planejado. Betim é uma cidade por onde passaram Prefeitos competentes, que buscaram indústrias, que assumiram a posição firme de arrecadar recursos para resolver os problemas advindos do crescimento desordenado, como aconteceu na querida Ribeirão das Neves, para onde levaram penitenciárias, mas esqueceram-se de levar recursos.

Então, quando a Câmara de Betim devolveu à Prefeitura R\$1.000.000,00, acredito que se iniciou uma nova era, uma nova fase. Esse ato também foi sinal de competência dos Vereadores daquela Câmara: ao saber que aqueles recursos não eram necessários, devolveram-nos para o poder público para que fossem aplicados em obras sociais, na saúde.

Também quero lhe dizer que muitas pessoas de Ibituripe, humildes e de outras classes sociais, votam em Betim para serem atendidos no Hospital Regional, para terem os benefícios de uma cidade que V. Exa. chama de rica, mas que é dotada de todos os problemas e que, mesmo com toda a arrecadação necessária e obtida atualmente, não consegue resolvê-los.

Vou encerrar, Sr. Presidente, já que V. Exa. mostrou que meu tempo já acabou. No entanto, quero deixar a posição firme de que o Deputado Ivair Nogueira também está a favor dos municípios mais humildes, mas quer uma discussão ampla, que seja boa para todos. Não é possível tirar muito de um município e dar migalhas para outros. Queremos discutir e trazer para esta Casa a população de Minas Gerais, os representantes dos municípios, para que tenhamos uma discussão ampla e definida. Muito obrigado.

O Deputado Anderson Aducci* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna nesta tarde, por determinação do Líder, Deputado Agostinho Silveira, em nome do PL, para hipotecar apoio e solidariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, da Deputada Elbe Brandão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante que toda a Assembléia Legislativa, os senhores e as senhoras visitantes saibam que essa é, efetivamente, uma matéria polêmica e que, se for aprovada por esta Casa, naturalmente vai terminar no STF. No entanto, pela minha avaliação pessoal e pela avaliação do PL, a que tenho a honra de pertencer, é de vital importância que haja uma definição de ordem política nesta Casa, neste momento, aprovando a Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Fiquei feliz porque os comentários que ouvi neste Plenário, antes de o Deputado Ivair Nogueira, Líder do PMDB, subir à tribuna, eram de que o PMDB estaria contra.

A partir do momento em que o Deputado Ivair Nogueira - tenho certeza de que cioso e consciente de seu papel de Líder - assume esta tribuna e diz que está favorável, temos certeza de que teremos, também, o apoio do PMDB. O Deputado Ivair Nogueira levantou uma questão que, na minha avaliação, também deve ser o mote da definição política desta Casa: contratação temporária por mais de 15 anos não é contratação temporária, é definitiva, é mais que a metade da vida útil de trabalho, muitas vezes, de uma senhora e de uma mulher.

Portanto, devemos encarar esse assunto de frente: é um fantasma ambulante que perambula de Governo em Governo, e ninguém tem coragem de dar solução. Entendo que chegou o momento de darmos uma solução e apelo, Sr. Presidente, a V. Exa., que teve a coragem e a determinação de colocar o dedo em feridas da mesma ordem e da mesma forma, com relação a outros funcionários. Existem alguns caminhos em que o difícil é tomar a decisão de percorrê-los, mas em que, depois que decidimos percorrê-los, é importante irmos até o fim. Portanto, faço um apelo a V. Exa. para que tenha a mesma coragem, determinação e decisão que teve no momento em que votamos aquela proposta de emenda à Constituição, em que outros funcionários públicos foram efetivados no Estado. Creio que é um bom momento, e vale a discussão.

Percebi, no Plenário, que os parlamentares vêem essa matéria como polêmica e, efetivamente, ela o é, e os senhores e senhoras interessados sabem muito bem disso, tanto que há mais de 15 anos estão na situação em que se encontram. Tenho, portanto, uma proposta, Sr. Presidente, de que a única coisa que não podemos permitir é que se faça o concurso público para professores e serviços neste momento. É muito importante que possamos esgotar essa matéria, porque, com a atual realidade econômica do País, temos certeza de que, para serviços, teremos inúmeros professores com curso superior que se habilitarão, só que ocuparão o lugar dos serviços que estão hoje nas escolas, mas tenho dúvidas se farão o trabalho da mesma forma, com a mesma competência e vocação que têm hoje as atuais serviços.

Sr. Presidente, antecedi V. Exa. nesta Casa, e me foi proposto que apresentasse a mesma emenda que V. Exa. apresentou. Optei - foi definição política minha - por não ser o autor, porque entendia que era efetivamente polêmica, mas, a partir do momento em que assumimos com nosso voto a aprovação daquela emenda, entendo que não temos outro caminho a não ser aprovar a Proposta de Emenda nº 63, da Deputada Elbe Brandão.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Anderson Aduato pela manifestação, que, com muita propriedade e de forma objetiva, apoiou decisivamente os professores e serviços, mais de 100 mil pessoas, representando assim o PL, partido que tenho o prazer de integrar.

Sinto-me no dever de dar satisfação ao Deputado Ivair Nogueira e à Assembléia, porque S. Exa. não fez uma observação atenta. Há muito tempo não me encontro tão tranqüilo e sereno como no dia de hoje. O Deputado Ivair, num pronunciamento até bonito, soube defender a poderosa cidade de Betim. Mas em momento algum fiz agressões à sua pessoa, ao Secretário Municipal ou ao Prefeito. S. Exa. deveria se reportar às notícias que se encontram no jornal "O Tempo", de Betim. (- Lê: -) "Prefeito Carlaile, agora, novas perdas devem ser evitadas, e não vamos aceitar, porque já assumimos muitas coisas que deveriam ser do Estado. Deputado Ivair Nogueira, temos que evitar prejuízos maiores. Agora, quanto à emenda Frankenstein do Deputado Dinis Pinheiro, não vamos aceitá-la, em hipótese alguma, porque é inconstitucional e inaceitável, além de inoportuna". Outra manchete: "Prefeitos definem luta contra a Lei Robin Hood". Aproximadamente 70 Prefeitos se reuniram em Betim, na semana passada, e o Deputado Ivair Nogueira abrilhantou o evento. Na oportunidade, o Secretário da Fazenda de Betim relatou: "Foi ótimo ver a confirmação de que essas mudanças na Lei Robin Hood não obedeceram a nenhuma justificativa técnica, econômica e social. Isso permitirá que a nossa luta contra a revisão da lei ainda seja mais acentuada" (Secretário Raimundo Reio).

Deputado Ivair Nogueira, o homem público tem que ser autêntico e falar, sim, bonito, como falou anteriormente, mas, acima de tudo, tem que ser verdadeiro nas suas ações. Espero que V. Exa. coloque em prática o pronunciamento que acaba de externar, deixe de se reunir com os poderosos e, de forma prática e objetiva, ajude os mais pobres e mais humildes.

Deputado Ivair Nogueira, vamos ajudar os humildes, com a sua sabedoria, com seus grandes conhecimentos e a sensibilidade que espero tenha ao participar da aprovação desse projeto, oriundo da Comissão Especial, que vai beneficiar 15 milhões de mineiros e que certamente contará com a sensibilidade do Governador Itamar Franco, que, quando Presidente, deu a demonstração do seu carinho e apreço pelos mais humildes e carentes.

Deputado Ivair Nogueira, sabemos que os mais pobres contam com o seu apoio, porque sabemos que, de Betim, podemos contar com o Deputado Pinduca Ferreira. Tenho certeza absoluta de que se engajará nesta luta memorável e histórica para implementar no Estado o ICMS solidário, justo e humano. Minas merece. E os mais pobres, também.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, pela Liderança da Maioria, estamos acompanhando a tramitação da PEC nº 3, mas lamentamos, pois seria dispensável e não teria razão de existir se o Governo, que apoiamos, não tivesse cometido o equívoco de realizar o concurso público, neste momento, na Secretaria de Estado da Educação.

Lamento porque o concurso público, contra o qual não estamos, coloca em risco milhares de pessoas que vinham trabalhando há 8, 10, 15 anos ou mais. O concurso, que é a regra, a lei majoritária para se admitir no serviço público, tem conseqüências. Nós, que somos a favor do concurso público, somos também a favor dos designados, que, durante todo esse tempo, estão nessa situação e não podem ser prejudicados, o que vai acontecer quando o concurso findar.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 63 pode ter alguma dúvida com relação à questão legal ou constitucional. Cremos que não tenha. Mas é uma alavanca desta Casa para que o Governo sente-se e negocie com os servidores. O que a maioria desta Casa entende é que é preciso sentar, negociar, e não deixar que a injustiça seja perpetrada pelo Governo Itamar Franco. Lamento que, nesta hora em que os designados vieram do interior do Estado, de muito distante, do Norte de Minas - vejo vários norte-mineiros professores, auxiliares de serviços -, alguns sindicatos preferiram ficar contra os designados, para garantir um concurso que irá provocar uma grande injustiça com milhares de servidores.

Nesta Casa, estamos aguardando, Sr. Presidente, assim como o senhor pilotou a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que, em parte, atendeu a milhares de servidores do Estado, que haja a mesma boa-vontade, a mesma liderança de V. Exa., para aprovarmos a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, porque ela garantirá a justiça para milhares de pessoas. Quando chegar ao Executivo, temos muita confiança em que o Governador Itamar Franco, eleito com a grande maioria dos votos do funcionalismo público estadual diante de um ex-Governador que tratou muito mal os servidores públicos, no fundo de sua consciência, vai refletir e estudar uma solução para que não sejam colocadas na rua as milhares de pessoas que estão preocupadas e apavoradas. Andando pelo interior do Estado, mais especialmente no Norte de Minas e no Jequitinhonha, encontramos pessoas que não dormem em paz. Algumas pessoas que trabalhavam há 15 anos ou mais nunca esperavam que, de repente, o Estado fosse fazer o que hoje ameaça fazer.

O concurso público é a regra, mas há de se ter um pouco de sentimento para se olhar a conseqüência da realização do concurso. As pessoas prejudicadas têm de ser olhadas como seres humanos e cidadãos que merecem respeito e têm direito a dignidade. Por isso é que hoje temos certeza de que esta Casa está marcando um grande tempo. Sentimos que os Deputados estão comprometidos com essa causa, que não é de uma só pessoa, mas de todos nós e de todo o povo mineiro, que está a favor daqueles que hoje correm o risco de ser vítimas da maior das injustiças, a discriminação. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomo a esta tribuna, por delegação do Líder do meu partido, o PFL, para manifestar a posição favorável da nossa Bancada à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, da ilustre Deputada Elbe Brandão.

Tive a honra de ser designado relator dessa matéria na Comissão Especial que a apreciou e emiti parecer favorável, sem constrangimento algum, no sentido da justiça, entendendo o pensamento da Deputada Elbe Brandão. Realmente, só poderia ser a sensibilidade de uma mulher para ver a injustiça que se estava cometendo contra os que, por tantos anos, têm sido designados para prestar serviços à gente mineira pelo Governo do Estado. Foi com satisfação que dei parecer favorável, procurando corrigir o que vem sendo feito no Governo Itamar Franco,

olhando um setor de servidores públicos e abandonando outros. Aproveitamos a proposta de emenda à Constituição da Deputada Elbe Brandão para estender essa prerrogativa da efetivação a todos aqueles que, nos diversos setores do Governo, vêm sendo designados, contratados como servidores. Acusam-nos de desrespeitar a Constituição. A regra é, efetivamente, o concurso, e nenhum de nós é contra concurso público. Mas o erro foi do Estado. O Governador Itamar Franco tem o hábito de limitar o Estado ao seu período de governo, dizendo: fiz o concurso, não errei. Não assume os erros que o Estado cometeu, e o Estado vem cometendo o erro de descumprir a Constituição, não realizar concurso e designar servidores que nele acreditam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando foi anunciado o concurso, fiz aprovar, nesta Casa, requerimento sustando, proibindo a publicação do edital do concurso público até que se encontrasse solução de justiça para os servidores designados, que há anos vinham trabalhando para o Estado. Tendo como Presidente da Comissão o Deputado Eduardo Brandão, convocamos os Secretários de Administração e da Educação, e eles não se dignaram a comparecer. A Comissão teve a humildade de ir aos Secretários discutir o assunto. Foi feita a proposta de que, pelo menos, para cada ano de serviço prestado, fosse dada a indenização de um salário aos servidores. Tal proposta não foi aceita pelo Governo. Desrespeitando o requerimento aprovado nesta Casa, publicou o edital do concurso, colocando em risco servidores que há anos vêm trabalhando. Temos casos de servidores que trabalham há 24 anos para o Estado. Hoje, ouvi uma senhora dizer que, há 30 anos, é contratada consecutivamente pelo Estado, que não lhe reconhece os direitos.

Por isso, é justa a proposta da Deputada Elbe Brandão; emiti parecer por sua aprovação, estendendo o benefício aos outros servidores que, nas mesmas condições, têm sido designados. E o Estado, que acusa erros anteriores relativos a não-realização de concursos, hoje, quando convoca o concurso, abre vagas para 53 mil servidores, quando todos sabemos, por meio de dados oficiais do Governo, que, só na Educação, existem 120 mil designados.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Quero deixar bem claro, porque parece que não entenderam. A proposta do PFL é pela permanência dos designados. Não vamos ter dúvida disso. A proposta da indenização aconteceu nesta Casa não apenas por parte do PFL, mas também por outros partidos. Não foi aceita, quero deixar isso bem claro, para que não haja dúvida sobre o posicionamento do nosso Líder Sebastião Navarro Vieira. Somos pela efetivação dos designados.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação. A Casa parece motivada. Diversos Líderes compareceram, manifestando seu apoio à proposta da Deputada Elbe Brandão.

Só existem duas formas de a proposta não ser aprovada hoje: não haver quórum no Plenário, mas os Deputados estão presentes em grande número e acredito não ser esse o problema, e outra, pode parecer um engodo, mas me chegou aos ouvidos que um Deputado - e citaram até o Líder do Governo - havia apresentado emenda. Com emenda apresentada, o projeto volta à Comissão para receber parecer e não é votada hoje.

Então, ao manifestar o nosso apoio, quero deixar um apelo a todos os Deputados. Se algum Deputado apresentou emenda, que a retire. Não podemos deixar de votar essa proposta hoje. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna em nome do PSB para dizer do nosso apoio à proposta da Deputada Elbe Brandão, que tivemos a honra e a alegria de subscrever e de discutir várias vezes com a querida amiga Deputada Elbe Brandão, uma educadora. Quero, também, dizer aos profissionais da educação que, com a mesma honra, o mesmo orgulho, a mesma satisfação com que sou Delegada-Geral de Polícia, sou, também, professora. Lecionei durante vários anos nos antigos cursos primário e ginásial, na minha querida cidade de Conselheiro Lafaiete.

Queremos dizer para o povo de Minas, para os profissionais da educação, para os Deputados que não temos dúvida de que, mais uma vez, esta Casa vai fazer justiça. Já fez com a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que é hoje a Proposta de Emenda à Constituição nº 49. Sem sombra de dúvida, os grandes parlamentares que representam o povo de Minas farão justiça aos profissionais da educação, que, muito mais do que ministrando aulas, estão preocupados com a alimentação dos alunos, com a violência. É dos professores da rede pública a grande e difícil tarefa de educar nossos alunos carentes, que precisam de educação de qualidade.

Acreditamos que esta Casa, com o apoio absoluto e integral do PSB, vai fazer justiça aos grandes e valorosos profissionais da educação.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputada Elaine Matozinhos, tivemos a oportunidade de ouvir algumas manifestações e lemos algumas faixas, mas esta Casa vota por convicção e não por causa de comentários maliciosos e ameaças.

Os Deputados sabem escolher. Afirmando isso com muita tranquilidade, porque, quando foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, no ano passado, fui designado seu relator. Ainda no primeiro semestre, apresentamos uma emenda à Constituição, garantindo aposentadoria aos contratados. Assim, gostaria de dizer aos mais afoitos, que acreditam na ameaça e na ofensa para conseguir algo, que apoiaremos essa proposta por convicção e para fazer justiça. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Obrigada, Deputado Mauro Lobo. Finalizando, afirmo que todos sabemos, sem sombra de dúvidas, que a escola é nosso segundo lar. Vejo aqui que a grande maioria dos profissionais da educação são mulheres, que, como bem colocou a Deputada Elbe Brandão, não podem ver seu direito ir pelo ralo, depois de 30 anos de trabalho, pois, na grande maioria das vezes, são chefes de família e precisam desse dinheiro para manter a si e a seus filhos.

Portanto, nobres Deputados, companheiros e companheiras da educação, quero, neste momento, pedir a Deus que abençoe a todos nós para que possamos aprovar, o mais rápido possível, esse projeto, a fim de dar-lhes a tranquilidade necessária para continuar na grande luta da educação.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Geraldo Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estava esperando, pacientemente, o meu momento de falar e o momento de entrarmos na discussão da matéria. Tudo aquilo que foi dito no pinga-fogo antecedeu esta discussão, que iniciamos, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, da ilustre Deputada Elbe Brandão.

Foi formada uma Comissão Especial. Tive a honra de ser eleito pelos meus companheiros para presidir a Comissão Especial que analisou essa proposta de emenda. Tive a honra de designar como relator da matéria o Deputado Sebastião Navarro Vieira, que falou há poucos minutos.

Quero voltar a historiar essa questão, porque é preciso fazer justiça. Sou do Triângulo Mineiro, de Uberlândia. Todas as questões que dizem

respeito ao magistério, naquela região, nos são trazidas para ajudá-los de alguma forma. Vivo o dia-a-dia daquelas escolas todas de Uberlândia e das outras cidades do Triângulo Mineiro. Quando surgiram os primeiros critérios do concurso que está sendo realizado - foi realizada a primeira etapa -, não concordei com eles. Fui o Deputado autor do requerimento dispensando a exigência do 2º grau para participar do concurso. E conseguimos isso. Por que fui contrário a isso?

Porque não existe justificativa para o fato de uma servente escolar, que cuida da limpeza, da cozinha, da cantina, ter a 4ª série primária. Se durante esse período - 8, 10 ou 15 anos -, realizou o seu trabalho com eficiência, tanto que todo ano era contratada, por que agora vamos lhe tirar a chance de ganhar o seu dinheiro e ajudar no orçamento familiar? Conseguimos tirar esse critério da obrigatoriedade da 4ª série para o concurso. Segundo os dados que levantamos, são 127 mil pessoas na condição de contratados. Ora, 127 mil mineiros perderão seus empregos, após 3, 5, 10, 15, 20, 22, 25 anos, sem direito algum? Por isso, temos de fazer justiça. É o momento de se fazer justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não pretendo usar todo o tempo que me pertence. Quero ser rápido e objetivo, porque sei que outros Deputados que já usaram esta tribuna o farão novamente. Peço a V. Exa. que encerre esta discussão o mais rápido possível e coloque em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2001. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados professores e profissionais do ensino, telespectadores da TV Assembléia, é preciso, neste momento, que tenhamos a compreensão e a oportunidade do que estamos votando e vislumbremos os passos que virão. Em nome da Liderança do PSDB, partido da ilustre Deputada Elbe Brandão, estamos aqui para dizer que o partido encampa por inteiro a Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Como integrante da Comissão de Educação, durante as audiências públicas que estão sendo realizadas em todo o Estado, estamos colocando essa posição de justiça em favor dos designados. Não se trata - e é preciso que isso fique muito claro - de discutir questão jurídica. Aqui não é o Tribunal de Justiça, é uma Casa política, que discute a oportunidade e a viabilidade dos atos políticos. Obviamente, temos de ter o bom-senso de aliar a nossa ação política à realidade jurídica. As leis existem para assegurar direitos e colocar ordem na sociedade. Não é possível prevalecer uma ordem jurídica que cause injustiça, que não dê o direito de aposentadoria a quem trabalha uma vida inteira para o Estado. Não é possível entender que se defenda que é certo alguém trabalhar 10, 15 ou 20 anos para o Estado e ter esse tempo jogado fora, como se nunca tivesse existido, como se esse cidadão ou essa cidadã, que trabalharam a vida inteira para o Estado, pudessem ter outra vida, a fim de começar tudo de novo. Não é possível haver essa compreensão. Se o Estado quer consertar erros do passado, que não o faça cometendo um erro maior, colocando servidores na rua. O concurso pode e deve existir para preencher as vagas que vão surgir no futuro, porque as do passado já são dos senhores e das senhoras que deram sangue e suor para educar gerações, para servir ao Estado, que, agora, quer virar as costas e não quer reconhecer que essa realidade existiu.

São erros acumulados de Governos passados, mas esses, apesar da ilegalidade, colocaram o senso de justiça acima e não provocaram demissões. Este Governo, que se diz social, esquece esse aspecto e prima pela legalidade, porque lhe interessa; não prima pela justiça e quer virar as costas para os senhores. Isso não é possível. Esse concurso, da forma como foi convocado, é inadmissível, porque não pode existir às custas de 10, 15, 20 anos de quem já trabalhou.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado. V. Exa. sabe muito bem que tenho profunda admiração pelo seu trabalho.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para pedir ao Sr. Presidente, se for possível, que divulgue o nome de quem entrou com a emenda, para que possamos saber, de público. Muitas pessoas que estão aqui não almoçaram, viajaram quilômetros; não vieram passear, perderam dia de trabalho. Essas emendas não poderiam ter sido apresentadas no intervalo entre o 1º e o 2º turnos? Acho que é uma covardia.

Chegou-nos a informação de que a apresentação de emenda é pedido do Governo, mas não quero acreditar nisso. Tomara que não seja verdade. Apenas gostaria de saber, se é que esta Casa é democrática, o nome do ou dos Deputados que apresentaram emendas. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço o aparte do sempre dinâmico e aguerrido Deputado Alberto Bejani, por quem também temos grande admiração. Como suas palavras foram dirigidas ao Presidente, deixo que ele preste os esclarecimentos, mesmo porque é a Mesa que tem as informações, e não eu, como orador.

Serei bastante breve, mas gostaria de alertá-los sobre alguns pontos que são importantes neste momento. Os senhores e as senhoras que estão nessa luta precisam ter ciência deles.

Fala-se muito de ilegalidade, que o projeto é inconstitucional. Um tribunal, qualquer que seja ele, Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal, julga com base na lei. Mas, por formação jurídica, seus membros sabem que as leis não existem à toa, mas com base em uma realidade. Portanto, não serão insensíveis a essa realidade jurídica deformada no tempo, criada pelo próprio Estado.

Por esse motivo, não sei se é tão líquido e certo esse argumento de que a proposta de emenda é inconstitucional, como apregoam. Se o Governo tem tanta certeza de que é inconstitucional, deixe, então, aprovarmos a proposta aqui e tente derrubá-la na justiça. Não têm essa certeza e sabem que a nossa decisão tem valor, tem sustentação nos tribunais, e os tribunais serão sensíveis. Esse argumento não nos afasta da luta. Ao contrário, aumenta a nossa determinação e a daqueles que estão a favor da efetivação desses 127 mil servidores que trabalham para o Estado.

É importante também alertá-los para o fato de que a presença e a mobilização dos senhores é fundamental nessa luta. Esta Casa tomou diversas decisões importantes, decisões históricas. Essa interação entre o Plenário e as galerias é fundamental. Representamos aqui todo o Estado. Quando vocês vêm trazer os reclamos e anseios de outros mais, de 120 mil que não tiveram condição de vir, mas que estão confiando na atuação de vocês, estão confiando na nossa atuação neste Plenário.

Essa mobilização é fundamental para mostrar que vocês estão interessados, que estão realmente dedicados a essa causa, não no sentido de pressionar o Plenário, porque o voto é secreto, mas no sentido de sensibilizar as consciências dos parlamentares, para mostrar que essa é a realidade dura de quem trabalha e não tem seus direitos reconhecidos, como se estivéssemos no tempo da escravidão. Não é possível assistir a isso; hoje é preciso que essa mobilização continue.

Temos informações de que uma emenda foi apresentada. É um direito regimental, mas não deixa de ser uma manobra do Governo para tentar esvaziar a votação, para tentar esvaziar o movimento de vocês. Não desanimem. Se essa votação não ocorrer hoje, o projeto irá para a Comissão Especial. Não desanimem. Essa manifestação espontânea e vibrante do Plenário ajuda a clarear as consciências. A emenda foi assinada por 30 parlamentares, mas deixaria de existir, e a votação poderia acontecer se, pelo menos, cinco parlamentares retirassem seus nomes da lista. Essa proposta de emenda à Constituição está sendo analisada por uma comissão especial da Assembléia, presidida pelo

Deputado Geraldo Rezende, que já esteve aqui dizendo que é favorável à causa dos senhores e das senhoras, e o relator é o Deputado Sebastião Navarro Vieira, que também já deu seu parecer favorável. Se houver a possibilidade de ela voltar à Comissão, tenho certeza de que voltará rápido para o Plenário, porque a Comissão é favorável, e essa artimanha do Governo não prevalecerá. E quando essa emenda voltar ao Plenário, é preciso que os senhores estejam aqui novamente, para mostrar interesse e sensibilidade para com a votação dessa proposta de emenda à Constituição.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, bem como os nossos companheiros que aqui nos antecederam, dizendo que é uma imensa satisfação ver essas galerias ocupadas pelo nosso povo de Minas Gerais e pelos nossos queridos educadores, que sabemos o quanto sofrem dentro de uma sala de aula. Sabemos que a saída para este País está - e não deve estar em nenhum outro lugar - nos bancos escolares.

Gostaria, também, nobre companheiro Deputado Antônio Carlos Andrada, de dizer que sou uma pessoa que tem de agradecer a Deus por ter tido outra oportunidade de ver nossos companheiros lutando por uma anistia. Essa história já era conhecida por todos do Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, as pessoas lotaram as galerias e fizeram com que a vontade do povo prevalecesse neste Plenário, por meio dos votos dos Deputados, com sua sensibilidade. V. Exa. abordou muito bem, o que é peculiar a V. Exa., pela própria formação acadêmica, o que diz respeito à questão constitucional. Entendemos, Deputado Antônio Carlos Andrada, que essa questão de ser constitucional ou não pode, sim, avançar, na medida em que temos uma demanda social.

Por que alteramos uma lei, propomos um projeto de lei, apresentamos uma emenda à Constituição? Porque há uma parcela da sociedade, ou a grande maioria, que quer que a lei seja atualizada e vá ao encontro dos anseios daquela comunidade.

Portanto, não há que se falar em inconstitucionalidade no momento em que uma lei está indo atender exatamente a uma grande parcela da nossa sociedade. No caso, prevalece a vontade do povo. Estamos aqui em nome de quem? Para que estamos aqui? Estamos aqui em nome desse mesmo povo que votou em V. Exa., em mim e nos demais 75 Deputados que compõem o Poder Legislativo de Minas Gerais.

Deputado Antônio Carlos Andrada, a proposta vem fazer justiça. Entendemos que o concurso público é o melhor meio e o mais justo de as pessoas concorrerem a um cargo público, mas, no caso em questão, há uma excepcionalidade que deve ser observada. Não foi feito um concurso público para uma situação em que não havia designado. Se fosse nessas condições, a situação seria outra, e não poderíamos estar aqui sequer discutindo nenhum tipo de efetivação. Mas não, nesse caso há excepcionalidade, porque temos senhores e senhoras com 5, 10, 15, 20 e até 25 anos de serviço público.

Um companheiro militar, meu eleitor do interior, indagou-me sobre o concurso que sua filha de 18 anos está fazendo. Disse-lhe que preferia votar a proposta e dar aos servidores as garantias que devem ser dadas a eles. Esses servidores são chefes de família, mães de família que sustentam o lar, com dois, três ou quatro filhos, e não devemos causar um grave problema social ou agravar ainda mais o problema social que vivemos no Brasil e no Estado.

Se o Governo e os Deputados não tiverem sensibilidade para aprovar ou não encontrarmos solução viável que possa atender de fato aos trabalhadores da educação que há tantos anos lutam renovando os seus contratos, anos e anos, pergunto, novamente: Poderíamos deixar essa pessoa com 18, 20 ou 21 anos entrar no serviço público através desse concurso e, por outro lado, causar grande injustiça social? Além de tudo, isso agravaria esse grande problema que precisa ser solucionado. Não temos outro caminho a seguir. Temos que amparar uma senhora que é mãe de família e sustenta o seu lar.

Deputado Antônio Carlos Andrada, não quero simplesmente apartear V. Exa. Na última quinta-feira, viajamos para Governador Valadares e discutimos lá, com os servidores da educação, essa questão. Então, V. Exa. conhece perfeitamente qual o meu sentimento com relação a essa proposta e àqueles que puderam, ao longo dos anos, prestar um bom trabalho. Entendo que, se esse servidor prestou 1, 2, 5, 10, 15 ou 20 anos de trabalho, já foi aprovado e não precisa ser submetido a novo concurso.

Gostaria de saber como ficaria a situação de uma senhora que tem 45, 50 ou 60 anos ao ter que procurar novo emprego. Como continuaria a sustentar a sua família? É necessário entender que essa proposta vem fazer justiça social. A nossa função, enquanto legislador, é tentar minimizar essas diferenças e encontrar algo que venha diminuir as injustiças sociais. Em Minas, temos o abandono de várias áreas, da segurança pública, da educação e da saúde. Para que o Governo existe? Por que estamos inseridos no estado democrático de direito?

Para que existem as instituições? Para que os homens públicos possam agir de maneira inteligente, viável, coerente, com respeito, acima de tudo, ao direito à vida, à vida daqueles que dedicaram anos e anos ao serviço público, respeito principalmente à vida de seus filhos que são sustentados por esse salário. (- Palmas.) V. Exa., como é um Deputado que cada vez mais discute a questão do direito constitucional, sabe muito bem, como todos nós, que o direito mais resguardado pela lei é o direito à vida. Essa proposta é nada mais nada menos do que garantir o direito ao sustento, à vida dessas pessoas que aí estão lutando, tentando permanecer no seu local de trabalho. Onde essa senhora vai conseguir um trabalho num contexto de desemprego assolando nosso País? Como vamos resolver essa questão? A imprensa sempre diz que esta Casa vota muitos "trens-da-alegria". Prefiro, Deputado Antônio Carlos Andrada, votar mais um "trem-da-alegria", um trem de sustento das famílias a votar o fantasma da fome que vai permear essas famílias. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (continuando) - Quero agradecer as palavras do Deputado Sargento Rodrigues, como sempre bastante lúcido, seguro, claro nas suas explicações, trazendo uma contribuição enorme para este debate. É importante focalizar que durante anos os senhores e as senhoras trabalharam ao lado de alguém efetivo no mesmo ambiente de trabalho, dividindo a mesma sala, a mesma responsabilidade, a mesma jornada, o mesmo empenho, a mesma dedicação; porém, um se aposenta, e o outro não; um tem direitos, e o outro não. Não é possível que isso perdure e que o Estado diga que isso é errado. Quem criou a situação foi o Estado, e ele tem de assumir o ônus de consertá-la.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Andrada, muito obrigado, já que o tempo que ainda resta a V. Exa. me permite esse artifício. Queria dizer a V. Exa. que me inscrevi, em primeiro lugar, para discutir a proposta de emenda à Constituição, mas, por artimanhas desta Casa, que fabricou um Regimento Interno que atende sempre aos interesses do Governo ou da própria Casa como lhe bem convém, estou utilizando de um artifício de que dispomos os parlamentares, principalmente os mais vividos nesta Casa, que têm a coragem e a necessidade de falar o que é necessário ser dito, principalmente em público, para quem tem de escutar.

Deputada Elbe Brandão, quando lhe falei, pela manhã, que havia um complô para que essa proposta de emenda à Constituição não fosse votada, não havia dúvida nenhuma. Aprendi a conhecer as coisas numa Casa como esta até pela forma como se respira, até quando passo pela portaria e vejo quem nos está recepcionando. Aprendemos a descobrir e a desconfiar do que está ocorrendo. Gostaria de fazer alguns comentários, principalmente para os educadores que estão presentes aqui hoje. Vejam V. Exas. que a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que efetivou os funcionários da saúde, do Judiciário, da Assembléia - e quero dizer a V. Exas., os educadores, que merecem um tratamento muito acima do que o que convencionalmente têm recebido -, todos esses também foram merecedores. Existem funcionários nesta Casa, que conheci quando ainda nem era Deputado, quando trabalhava com o ex-Deputado Paulo Ferraz, que nunca foram beneficiados por nenhuma lei.

Se algum de vocês fizer concurso para Promotor de Justiça, Juiz, ou qualquer coisa que aparecer dentro do Judiciário, com cinco anos de

trabalho poderá se aposentar, porque pode juntar todo o tempo de serviço, a vida inteira, até o que não teve, porque, no Judiciário, não precisa de nada, palavra vale pois existe uma tal de fé pública que valida a palavra de Juiz corrupto, de Juiz ladrão, de Promotor ladrão, do Promotor corrupto. Então, poderiam aposentar ganhando salário integral de Juiz, de Promotor, até de Desembargador, porque existem alguns que entram pelas portas do fundo, pois a lei permite. Temos uma turma que entra pelo quinto dos advogados; normalmente, são os apaniguados, os de sempre, muda só a cara, mas a forma de entrar é a mesma, é a peixada, a sacanagem, o jeitinho, a amizade, é tudo aquilo que sabemos que existe. Passam a ter direito a tudo se fizerem o concurso. Têm direito à aposentadoria, têm direito a tratamento de saúde, a família tem, a avó tem, o neto tem, o vizinho tem, a amante tem, o cachorro também, todo mundo tem. Mas, do educador, todos falam. É inconstitucional. Não pode. Imaginem, 120 mil trabalhadores serem efetivados... Se contratar um cidadão qualquer, na rua, para trabalhar para mim durante 1 semana, entrará na Justiça do Trabalho, que lhe dará todas as garantias, obrigando-me a assinar sua carteira durante aquele período. Aquele tempo vai contar para aposentadoria. Faço-lhes uma pergunta, de coração. Uma pessoa, como alguém da galeria falou-me, que tinha 35 anos de trabalho, 35 anos como designada, que direito tem?

(- Manifestação das galerias.)

Tem o mesmo direito que todo mundo aqui, não é? A lei é igual aquela história: "quem parte e reparte fica com a melhor parte". Sou Deputado. Tenho 20 anos de serviços prestados, graças a Deus e àqueles que entendem que - apesar de alguns me chamarem de ignorante, outros de estúpido - falo, assim como meu amigo Pinduca, com o coração. Aprendi que a gente, na vida, não precisa se forjar em banco de escola para ser alguém ou para merecer a credibilidade das pessoas. Sou um homem com 25 anos de vida pública, que nunca se envolveu com cachorrada, graças a Deus. Agora, tentam nos envolver com a questão do salário. Mas salário público, de Deputado, de Juiz, sempre foi uma bandalheira. Ninguém sabe o tamanho que é e nunca ficará sabendo pois é uma caixinha preta, é uma caixa de segredos. Tem Desembargador que ganha R\$150.000,00 por mês, mas todo mundo fica quietinho. E sabem por quê? Porque o nosso povo, a própria imprensa, o Governo e os Deputados, todos têm medo da Justiça, todo mundo se borra de medo da Justiça. Quando se fala que Deputado não vota sob pressão, digolhes que têm que votar sob pressão, sim. Somos empregados de vocês. O sapato que estou usando saiu do sangue de vocês. O relógio que tenho no braço saiu do suor de vocês também. Os Deputados têm que votar na marra. Todo empregado tem que fazer o que o patrão manda, e vocês são nossos patrões hoje. Mas, hoje, vocês foram passados para trás. Esta Casa, caso fosse o dia da efetivação dos funcionários do Judiciário, estaria lotada. Aqui está faltando aquela Bancada formosa do PT. Onde estão os amigos do povo? Quando falam da inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, por quê o Judiciário não questionou a que efetivou seus funcionários?

Porque os funcionários do Judiciário têm rabo preso com muito Juiz e Desembargador sem-vergonha e safado. Está-se correndo o risco de muita gente ir para a cadeia.

Isso que estou trazendo hoje não tem nada a ver com a efetivação de vocês. São várias denúncias que já fiz a esta Casa contra o Judiciário de Ribeirão da Neves, onde um Escrivão vendeu 280 processos para os criminosos condenados. Há três meses isso está protocolado para se instalar uma CPI. Sabem por que não instalaram? Porque os Deputados estão se borrando de medo de a justiça dar uma sentença e eles terem de devolver o dinheiro que receberam. O que eu recebi foi trabalhado. Se tiver de devolver, vou discutir até a última hora, porque não havia nenhuma lei estabelecida. Não vou me submeter a um Judiciário podre, uma banda podre como temos em Minas Gerais, para não votar o que vocês precisam. Hoje esta Casa está sob pressão do Judiciário, do Ministério Público e do Governador do Estado para que vocês não sejam efetivados.

Quero dizer que vocês vão sair daqui de cabeça baixa. Cada decepção que temos na vida coloca-nos de cabeça baixa. Mas, se Deus quiser, na semana que vem, vamos ver vocês aqui, com muito mais gente. Vou colocar quantos ônibus for preciso para trazer o povo da minha região para cercar a Assembléia e obrigar os Deputados a votar. Vou ficar aqui até o último instante, mas vocês poderão ver que esta Casa não terá quórum para fazer o prosseguimento da votação. Sugeriria ao Deputado Antônio Carlos Andrada que solicitasse a recomposição de quórum para mostrar que nesta Casa tem muita gente covarde. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Ao final das minhas palavras, solicitarei à Mesa que faça a chamada dos Deputados, para verificar o número de parlamentares presentes para encaminhar a votação.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Andrada, V. Exa. está fazendo um apanhado das coisas que podem acontecer e gostaria de dizer para esses professores designados que escutem as palavras de V. Exa. Gostaria que o grande jurista Antônio Carlos Andrada colocasse para vocês os procedimentos de uma votação. Se não tivermos 48 votos favoráveis, a proposta será derrotada. Vocês podem ficar com raiva, mas é isso que vai acontecer. É isso que vocês querem? Então, vamos ter cuidado. Eu estou aqui e outros Deputados também estão, mas podem contar se há 48 votos favoráveis. Estão registrados 62 Deputados em Plenário, mas eles passaram em algum momento e registraram a presença. Se houver a votação e não tivermos os 48 votos favoráveis, nós, que somos favoráveis à efetivação, ficaremos com raiva, porque veremos nossa proposta derrotada. Temos de avaliar isso e gostaríamos que ouvissem o Deputado Antônio Carlos Andrada.

Vocês vão ficar satisfeitos com a votação? Vamos votar? Não adianta.

Agradeço o aparte e coloco que, apesar de hoje ter sido colocado como o Dia D e como a única bala, devemos refletir. Estou aqui até agora e estarei até o último momento, como o Deputado Irani Barbosa, para poder votar, e meu voto será "sim". Trabalharei no sentido de convencer os outros, mas temos que ter a consciência do momento certo. Poderá acontecer hoje ou em outro dia.

Poderemos ter que nos deslocar e voltar, porque este é o Regimento. Não adianta ficarem com raiva, pois a verdade deve ser dita. Ali está um pessoal de Montes Claros, da 22ª SRE. Ali está a Ana, pessoa que elaborou a emenda enviada a Brasília. É uma guerreira, como vários vocês. Lembro, entretanto, que temos o momento de avançar e o de parar. Queremos votar, para que, no final de semana, cada um esteja em sua região com uma vitória, mas não podemos nos precipitar, porque, se não tivermos 48 votos favoráveis, iremos com uma derrota definitiva.

Hoje não deve ser considerado como nosso Dia D, mas como o dia inicial de um momento que nos levará ao Dia D. Uma senhora com 33 anos de serviço é um dos principais motivos por que tenho me reunido em muitos lugares, inclusive em minha casa, com os funcionários da educação. Ela é a D. Nisa, servente há 33 anos na escola de São José da Lagoa, onde cultiva enorme horta. A D. Nisa, que, há poucos dias perdeu um filho de meningite, há 25 desses 33 anos, possui varizes, que praticamente a impedem de andar e que já sangraram e costuram várias vezes. Mesmo assim, esteve todo esse tempo lá, fazendo, além de seu serviço, uma horta de quase 1ha, para melhorar a merenda daquele povo humilde. Tem certeza e confia que faremos tudo para aprovar esse projeto, mas não podemos cometer o erro de fazer uma votação que poderá nos derrotar.

Assim, peço ao Deputado Antônio Carlos Andrada que solicite a recomposição de quórum, para que todos possam ver quem está aqui até o momento. Mas lembro que, sem os 48 votos favoráveis, não poderemos votar. Entendam essa situação, pois a explicação vem de um companheiro de vocês.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as colocações do Deputado Arlen Santiago. Mais uma vez, quero referir-me às galerias nesse sentido. Ao final de minha fala, solicitarei a recomposição de quórum, que nada mais é que a chamada dos Deputados, para que todos possam constatar quem está presente, e possamos avaliar a possibilidade de votarmos no dia de hoje.

A presença dos senhores é fundamental no processo, para que todos vejam o interesse da categoria.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Gostaria de lembrar a V. Exa. que não adianta ter quórum, pois há uma emenda, e não podemos votar de jeito nenhum, já que a proposição voltará às comissões, antes de vir a Plenário para votação. Não adianta termos 77 Deputados presentes, havendo emenda.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Deputado Alberto Bejani, V. Exa. solicitou à Mesa que fossem lidos os nomes dos Deputados que votaram.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Fiz essa solicitação, mas não fui atendido. Há um detalhe, a emenda diz que não serão efetivados, terão as garantias de um trabalhador comum, ou seja, se forem demitidos, terão o direito ao FGTS e às férias. Isso servirá para retardar a votação. Trata-se de maneira de ser injusto com quem trabalha por anos na área da educação deste Estado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Concordamos com V. Exa. Lembramos que o direito do trabalhador celetista inclui a garantia e as condições para a aposentadoria, que os designados não têm. Essa é a grande injustiça, ou seja, do não reconhecimento pelo tempo trabalhado, como se não existissem para o Estado, pois serviram ao Estado quando interessava a ele. No momento de desfrutarem um futuro, baseado naquele tempo dedicado ao trabalho, o Estado não o reconhece e vira as costas para os senhores, como se fossem descartáveis. Isso é inadmissível. Lutaremos pela aprovação da proposta da forma como está, justamente para fazer justiça. Todos estão conscientes dela, mas, como diz o Deputado Arlen Santiago, precisamos ser inteligentes, porque o Governo é poderoso e possui forças ocultas. Não podemos cair em sua conversa. A mobilização é fundamental. Precisamos estar acompanhando, passo a passo, as ações regimentais. Estamos iniciando muito bem uma luta que há de ser vitoriosa.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Obrigado. Não poderia deixar de externar a minha opinião sobre essa questão. Tenho sido procurado, em Pouso Alegre, por dezenas de cantineiras e professores, solicitando o nosso posicionamento favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Podemos perceber que a presença marcante nas galerias e esse grande número de professores nessas condições representam a quase falência do Estado. O problema dos professores designados não é do atual Governo, pois já se vem arrastando ao longo dos anos. Os Governos passados não tiveram a visão e a coragem necessárias para tomar as medidas para resolver esse problema. Hoje estamos sofrendo pressão no Plenário dessa presença nas galerias. Há obstáculos de ordem jurídica com relação a essa emenda constitucional, mas, como bem disse V. Exa., não estamos em um Tribunal de Justiça. O nosso posicionamento e a análise que a Assembléia Legislativa precisa fazer tem de ter sustentação de cunho técnico, mas é eminentemente política. A política nada mais é do que a arte de pacificar os conflitos. Estamos tendo um conflito, porque faltará pão a esse povo. Onde há falta de pão, há conflito, e, onde há conflito, é necessário um posicionamento e uma ação política. Esperamos que essa ação parta da Assembléia Legislativa e que o Governador tenha sensibilidade, para que não provoque discussão sobre essa medida em nível do Judiciário. Esperamos que acate a decisão da Assembléia Legislativa. É importante lembrar a todos os servidores presentes que o atual Governo Itamar Franco, aliado ao Secretário Murílio Hingel, tem procurado fazer a sua parte. É lógico que estamos vendo que o concurso público não atenderá aos professores designados e às cantineiras, porque muitos correm o risco de perder o seu posto de trabalho. Os que participarão do concurso serão pessoas preparadas e com curso superior, dada a conjuntura nacional. As pessoas estão buscando alternativas de emprego e de renda.

Deputado Antônio Carlos Andrada e queridos Deputados, é importante ressaltar o trabalho do Prof. Murílio Hingel. Ele está fazendo a sua parte, a parte que não foi feita por diversos Secretários da Educação que passaram por este Estado, que não tomaram as providências necessárias para se evitar o caos que vive hoje a educação e o problema dos professores designados.

Quero dizer que o posicionamento do Deputado Chico Rafael é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Não estamos trabalhando contra os senhores que estão nas galerias. Temos professores que sabem muito bem como funcionam as coisas. É preciso que se dê um basta a esse estado de coisas, é necessário que a Assembléia Legislativa adote mecanismos para evitar que o Estado continue contratando sem concurso.

Por isso, gostaria de dar uma sugestão: que criemos, por meio de lei ou emenda à Constituição, um mecanismo que proíba o Estado contratar acima de um determinado percentual. Com isso, o Estado seria obrigado a realizar concursos, evitando que, daqui a dez anos, tenhamos novamente um grupo de professores nessa situação.

Aceitamos, humildemente, as vaias das galerias. Estamos num Plenário que é livre e soberano. Assim como vocês têm o direito de vaiar, o Deputado tem o direito de colocar a sua idéia. Já disse que não vou me posicionar...

Volto a reafirmar ao senhor e aos senhores das galerias que o meu voto é favorável à aprovação dessa proposta, porque entendemos que existe uma injustiça muito grande com os servidores designados. É preciso corrigir esse problema. Proponho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não tenhamos, daqui a dez anos, uma nova leva de professores nessa situação. Por isso, precisamos criar mecanismos, Srs. Deputados. Talvez devamos criar uma emenda Constituição ou projeto de lei que proíba o Estado, Deputada Elbe Brandão, de designar professores acima de um determinado percentual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lembrar que o nosso posicionamento dá-se em razão da injustiça que vem sendo praticada com esses profissionais de ensino. O nosso posicionamento independe desta ou daquela pressão. Estamos fazendo a nossa manifestação de forma independente. Os trabalhadores do ensino de Pouso Alegre e região me procuraram, pedindo apoio para aprovarmos essa proposta de emenda.

Quero também fazer o reconhecimento ao trabalho da Deputada Elbe Brandão, que, de longa data, se vem dedicando a essa matéria, intercedendo junto aos Deputados para aprovarmos a proposta.

Sr. Presidente e Deputado Antônio Carlos Andrada, agradeço-lhes a oportunidade. Agradeço à platéia as vaias. Se me recai alguma crítica, estou às suas ordens. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Deputado, permita-me falar apenas em 30 segundos, para aproveitar a presença dos colegas Deputados.

Quero dizer que muitos dos nossos colegas Deputados assinaram o requerimento da emenda sem saber o que estavam assinando. Então, estão retirando a sua assinatura.

É importante a presença de vocês na Casa, é importante a consciência de permanecermos aqui para votarmos a proposta. Estamos por uma ou duas assinaturas para que essa emenda não tenha validade.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as palavras do Deputado Chico Rafael. Informo às galerias, às professoras e aos professores designados que, embora não tenha revelado, a minha presença na tribuna durante todo esse tempo foi justamente para que o trabalho junto aos Deputados fosse feito, tentando retirar o número certo de assinaturas, a fim de viabilizar a votação ainda hoje. A nossa presença, aliás, a pedido da Deputada Elbe Brandão, teve esse objetivo, ou seja, conseguir tempo para tentar, ainda nesta reunião, viabilizar a votação.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Andrada. A minha posição relativa à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, tanto quanto a de V. Exa. e a dos membros da Bancada do PSDB, é de apoio, desde o início de sua tramitação e até mesmo antes, quando a Deputada Elbe Brandão lançou a idéia durante uma reunião da nossa bancada. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, longe de ser a criação do "trem da alegria", é a criação do expresso da justiça, é fazer justiça com quem realmente está trabalhando.

Não sou o Profeta Sibilino, mas não é preciso sê-lo para sentir o cheiro da traição nesta sala, neste momento. Veja, nobre Deputado, o esvaziamento que está ocorrendo. Parece que o telefone está funcionando nos gabinetes das bancadas que apóiam o Governo. Estão se afastando propositadamente, para não oferecerem a oportunidade de votarmos essa matéria ainda hoje.

Trabalhamos nos bastidores, a fim de que os Deputados que assinaram inadvertidamente a emenda pudessem viabilizar a tramitação da votação nesta reunião, retirando suas assinaturas. Agora estou percebendo o esvaziamento do Plenário. A preocupação dos Deputados que manifestaram a necessidade de que se faça uma recomposição de quórum é justa, é correta, porque sem a presença de, no mínimo, 60 Deputados não teremos coragem de votar essa emenda, porque queremos a sua aprovação, não queremos fantasia, queremos justiça. Demagogia à parte, justiça é o que deve prevalecer.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Deputado Ermano Batista, a sua experiência vem sacramentar a nossa fala e trazer um dado bastante interessante de esperança e de segurança para os professores.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como líder da Bancada do PTB, falo em nome dos nove Deputados que a compõem. Alguns assinaram inadvertidamente essa proposta, mas já retiraram suas assinaturas. Não assinei, mas houve uma determinação para que todos os Deputados retirassem suas assinaturas, o que já foi feito. Estamos prontos para votar. Os nove Deputados que compõem a Bancada do PTB manifestam-se favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2001.

Esperamos contar com mais de 50 Deputados para viabilizar esse projeto. Contamos com os Deputados do PTB e a maioria dos Deputados desta Assembléia.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Deputado José Milton, solicito a V. Exa. que seja breve, uma vez que já conseguimos o número suficiente de retirada de assinaturas para viabilizarmos o processo de votação e iniciarmos o quanto antes a chamada dos Deputados.

O Deputado José Milton (em aparte)* - Deputado Toninho Andrada, agradecemos a gentileza de seu aparte. Queremos tornar público que nenhum dos dez Deputados da Bancada do PL assinou essa emenda, mas todos estão aqui, a postos, esperando o início da votação.

Particularmente, como Deputado do PL, representando a região do Alto Paraopeba, do vale do Piranga e de municípios que estão aqui representados e atrelados à 8ª SRE, com sede em Conselheiro Lafaiete, e à 25ª, em Ouro Preto, estou aqui para defender os interesses dos designados. Podem contar com o nosso apoio e o nosso voto. Estarei aqui até a hora que for necessário. Pode ser 1 ou 2 horas da manhã, a qualquer hora, estaremos aqui para apoiar essa causa justa dos designados e corrigir essa grande injustiça feita por mais de 25 anos contra mães e pais de família que realizam grande trabalho em favor da educação.

Não importa qual a função, se é professor ou se é merendeira; é importante e relevante para a educação. Portanto, todos merecem o nosso apoio e o nosso respeito à sua causa e à de todos os Deputados, preferencialmente, dos 77. Que corrijam essa grave injustiça cometida por mais de 30 anos contra esses servidores do nosso Estado que merecem - volto a repetir - o nosso respeito. Muito obrigado, e contem com o nosso apoio.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Vou ser rápido. Gostaria que prestassem atenção ao que vou perguntar. Onde estão os seis Deputados do PT? Não os estou vendo. Será que foram para o Rio Grande do Sul saber se, realmente, o Governador está apoiando o jogo do bicho? Onde estão os Deputados do PT, que se dizem sempre os defensores dos trabalhadores? Obrigado, Deputado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada* - Sr. Presidente, vou encerrar as minhas palavras saudando as galerias e dizendo que é com persistência e com garra, as mesmas que dedicaram ao Estado durante todos esses anos, que terão seus direitos reconhecidos.

Parabenizo a Deputada Elbe pela atuação nos bastidores, conseguindo sensibilizar diversos Deputados que retiraram seus nomes da emenda para viabilizar a votação. E saúdo também os parlamentares que, numa tarde realmente envolvente e emocionante, mostraram que, com vontade política, com bom-senso, é possível caminhar e encontrar boas soluções.

Vamos à votação. Requeiro, Sr. Presidente, a recomposição de quórum para viabilizar a votação e fazer a justiça que o povo de Minas Gerais quer. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores profissionais da educação do Estado de Minas Gerais: vou discutir e ser bastante breve, para que possamos chegar à fase final da discussão e entrar na fase de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Porém, Sr. Presidente, é importante esclarecer a todos que, com esse quórum de 42 pessoas, não há condições para votação de uma proposta de emenda à Constituição. Precisamos de 48 votos "sim" para aprovar uma proposta de emenda à Constituição. Estou deixando isso bem claro, porque é regimental e não há como alterar o Regimento desta Casa, a menos que se chamem Deputados para que tenhamos, pelo menos, 55 a 60 Deputados e consigamos a aprovação que tanto queremos. Quero lamentar, por uma mobilização desse tamanho, a ausência de Deputados neste Plenário, para votarmos esse projeto importante.

Minhas palavras serão breves, mas, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia - falo, também, em nome dos demais quatro membros da Comissão -, queria dizer que a presença de vocês é um testemunho de que os problemas da sociedade passam por esta Casa, passam pela Assembléia Legislativa, porque é aqui que recebemos o povo para discutir os problemas. O canal estava invertido. Todos procuravam o Executivo, e o caminho de procurar o Legislativo é o correto, porque as soluções políticas não estão no Executivo, mas no Legislativo.

Dou os parabéns a todos pelo esforço de fazer uma viagem, correndo risco de vida, para aqui estar, exercendo seu direito de cidadãos. A

democracia fala de deveres e direitos. E direito é o que está adquirido por essas pessoas, que estão aqui, à procura da efetivação e de um espaço para trabalhar e criar a família, seja pela lei formal, seja pela lei moral. O que querem é, apenas, justiça. Parabenizo a Associação dos Professores Públicos do Estado, que assumiu a defesa de seus direitos e enviou-nos uma flor e um cartão, com os seguintes dizeres: "Deputado amigo, hoje é o dia 'D' para o nosso futuro. Nós, os designados - professores, serventes e especialistas -, dependemos do seu voto para a nossa efetivação. Somos milhares de pais e mães de família. Transforme em certeza a nossa esperança. Diga 'sim' ao nosso futuro. Eternamente gratos, os designados."

Que esta flor vermelha, que é a flor do amor, toque o coração do Governo do Estado, sobretudo de seu comandante, o Governador Itamar Franco. Que também toque o coração da Bancada governista, para que façamos justiça a todas as pessoas que aqui estão e as mais de cem mil que não puderam comparecer, mas estão torcendo para que tudo dê certo.

Como Presidente da Comissão, estivemos em várias cidades, tratando do plano de carreira dos professores, promessa deste Governo. Mas nossa Comissão acaba se transformando num debate maior sobre os designados. Ninguém, na Comissão, é contra o concurso público. Somos a favor dele, mas depois de resolvido o problema dos designados. O grande erro do Governo do Estado é, exatamente, fazer o concurso sem definir os critérios e sem resolver o problema dos designados.

Parabenizo a Deputada Elbe Brandão por sua coragem de enfrentar toda essa problemática e peço a meus companheiros que usarão a tribuna que sejam breves para que encerremos a fase de discussão e avaliemos a possibilidade de votação. Espero que todos os Deputados que estejam nos ouvindo compareçam para que tenhamos 55 Deputados para votar a proposição ainda hoje.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomamos a esta tribuna e usaremos parte do tempo com o intuito de ganhar espaço e oportunidade para que tenhamos a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Existe mobilização nos bastidores. Estamos telefonando para os Deputados que deixaram o Plenário momentaneamente porque não acreditaram que seria possível votar a proposta nesta ocasião.

Gostáramos de dizer que o PL está com toda a Bancada a postos para a votação. Um dos colegas está sendo localizado para dar dez Deputados. Muitos motivos já foram alegados para que nos posicionemos a favor dos designados. Já tivemos a proposta de emenda à Constituição do Presidente Antônio Júlio, que fez conosco marcha cívica pelo Estado. E lembro-me muito bem da reunião de São Sebastião do Paraíso; nós nos comprometemos a votar com o Presidente a sua proposta desde que tivesse o compromisso de encaminhar a votação favorável de outra proposta de emenda à Constituição, no caso, a da Deputada Elbe Brandão, para que fizéssemos justiça não só aos 16 mil servidores de função pública da saúde, cujos sindicalistas lotaram as galerias, mobilizaram-se pela aprovação e hoje sentimos a sua falta, mas também aos designados.

É certo que o concurso, de acordo com o art. 37 da Constituição, é a norma legal para admissão no serviço público, mas, nos meus 58 anos de vida, no meu tempo de janela na política, desde criança, ensinaram-me uma coisa: a Constituição é, na verdade, não a norma de um país de casuísmo como o Brasil, mas a vontade do poder dominante. E posso extrapolar isso até para os Estados Unidos da América do Norte, porque aquele que se ufana de ser o país da liberdade, mata as liberdades do seu país, instituindo censura velada à imprensa e até cerceamento de garantias e direitos individuais em nome do combate ao terrorismo ou de alguma coisa que chamaria de guerrilha internacional. Não sei se enfrentar um país poderoso, armado até os dentes, com arsenal atômico poderoso, pode ser guerra tradicional. A isso, eu chamaria de guerrilha. Digo que, do alto dos meus 58 anos de vida, a lei é fruto do poder dominante, e temos, como Poder Legislativo, capacidade para alterar as leis e até a Constituição do Estado. Se a Constituição da República está acima de nós, aqueles que assim entendem que recorram à Justiça contra nossa decisão. Não podemos é nos omitir nesse momento, deixando de atender essa legião de funcionários, e aquilo que a imprensa chama, inconseqüentemente, de trem da alegria, na verdade, pode se tornar uma caravana da tristeza, da injustiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores servidores públicos injustiçados de Minas Gerais, maior afronta e violência à Constituição de 1988 já foi praticada, neste País, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso: a quebra da estabilidade do servidor público. E a nomeação de 120 mil funcionários injustiçados, ao longo de 20, 30 ou 36 anos, não violentará a Constituição, pois violências maiores já foram praticadas pelo Congresso Nacional, a serviço do capitalismo internacional e do Fundo Monetário Internacional, que quer abocanhar os nossos direitos de brasileiros, a soberania nacional.

Essas injustiças foram praticadas por meio da compra de votos do Congresso Nacional, das mais diversas formas. Compraram as consciências por meio de privilégios pessoais para Deputados e Senadores. Essa, sim, é uma violência que, freqüentemente, acontece no Congresso Nacional, a fim de se violentar este País, chamado República Federativa do Brasil.

Não vejo por que nos omitir na defesa de uma legião de servidores que vem sendo prejudicada ao longo de todos esses anos. A culpa não cabe ao Governador Itamar Franco, mas a uma série de governantes que, durante anos e anos, vêm encastelando-se no Palácio da Liberdade e praticando o anti-institucionalismo para prolongar contratos administrativos que, depois da Constituição de 1988, só o poderiam ser durante mais seis meses. A inconstitucionalidade já vem sendo praticada. Os governos não foram punidos, por isso, não há por que punir os funcionários que têm em seus empregos atuais a fonte de seu ganha-pão. Temos de fazer justiça a isso.

Não entendo por que os sindicalistas que lutaram para a efetivação dos servidores públicos da saúde não estão defendendo os mesmos direitos dessas pessoas que foram injustiçadas de forma semelhante. Nas galerias, há uma senhora que tem 36 anos de contratada e fez concurso público. E sabemos que muitos que se submeteram a um concurso não foram efetivados. Temos de corrigir essas injustiças, e isso apenas ocorrerá, se tomarmos consciência da necessidade da efetivação dos servidores públicos contratados e designados do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa., cujo sentimento é o mesmo de toda a nossa bancada do Sul de Minas. Estamos acompanhando o processo, desde que discutimos, pela primeira vez, nesta Casa, a necessidade da audiência pública que mostrou, efetivamente, nossa preocupação e culminou nessa proposta de emenda à Constituição. Mas, Deputado Marco Régis e Sr. Presidente, estou muito preocupado com todos os designados, professores e professoras, que aqui estão desde as primeiras horas do dia de hoje. Vieram de longe, de muitas cidades e andaram a noite toda. Preocupa-me bastante o início do processo de votação. Não obstante V. Exa. esteja com a palavra, gostaria de indagar do Presidente se há alguma possibilidade de iniciarmos o processo de votação. O Plenário está evidentemente vazio. Muitos Deputados já estão indo para suas bases, e precisamos saber se iniciaremos ou não o processo de votação. Portanto, indago do Sr. Presidente se, regimentalmente, poderemos prosseguir com o processo de votação. Gostáramos de esclarecer a situação, para que as professoras possam retornar às suas casas. Essa é a nossa preocupação há muito tempo. Temos de continuar esse processo de votação.

O Deputado Marco Régis - Pelos milhares de cartas que recebi em meu gabinete, pelos milhares de assinaturas e pelos apelos feitos em minha região, encerro o meu papel de propugnar pela Proposta de Emenda à Constituição nº 63, como fará todo o PL. Assim, atendo a todos os eleitores e aos servidores da minha região e das regionais de São Sebastião do Paraíso, de Poços de Caldas e de Varginha. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, aproveito para fazer três apelos. Todos os Líderes dos partidos deveriam mobilizar suas bancadas para virem a este Plenário votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Farei uma discussão para acelerar esse processo em respeito a todos que estão nessa ansiedade de ver a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 ser votada. Neste momento, solicito que encerre a discussão. Inscrevo-me para encaminhar a votação. Assim, impediremos qualquer manobra do Governo para tentar apresentar qualquer emenda.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, abusando do socialismo de V. Exa., vou utilizar este tempo para dizer aos professores - não posso falar de costas para o Presidente, porque senão serei colocado para fora - que valeu o tempo que ficaram aqui. Valerá mais ainda a volta de vocês a esta Assembléia, a fim de ajudar a Deputada Elbe Brandão, que está empreendendo uma luta descomunal contra o que falei desde cedo, ou seja, que existe um complô nesta Casa para evitar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Mas vocês voltarão em um número muito maior, mostrando que esta Assembléia é de vocês.

* - Sem revisão do orador.

302ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/11/2001

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, "muitas palavras foram ditas nos últimos dias a respeito do Frei Hilário Meekes, que nos deixou na semana passada, relegando à condição de órfãos os filhos que constituem a grande família do Colégio Santo Antônio. Emotivas, certamente, muitas dessas palavras, proferidas sob o impacto da perda repentina, brutal, inesperada. Mas sensatas, sem dúvida, todas elas, porque reconhecedoras, pelo sentimento ou pela razão, de que aquele que partia era dono de uma trajetória incomum e deixava entre nós, os que ficávamos, um rastro inconfundível de luz.

Nós, em nossa vida, temos a tendência de guardar dos que se vão traços cada vez mais abstratos, desanexados das circunstâncias que os rodearam quando em nossa companhia. Incompreensões passageiras, encontros, planos, confidências, gestos, todas essas pulsações do ser vivo se evaporam aos poucos, deixando-nos gradativamente com imagem incorpórea, que guarda não mais as oscilações, mas apenas a essência daquele que se foi.

Na elaboração dessa imagem é habitual que sejamos compassivos. As rudezas de parte a parte, se existiram, volatizam-se, e a imagem construída já não é apenas essencial, é também idealizada, deixando-nos na presença de alguém perfeito, sábio, incorruptível, tão verdadeiramente bom que só então percebemos o que perdemos, pois não o tínhamos percebido quando perto de nós, ainda em vida.

Frei Hilário fez com que descumpríssemos essa regra. É que, ainda em vida, mostrou-se tão verdadeiro e despojado em sua essência que deixou que a apreendêssemos por inteiro e construíssemos dele a imagem incorpórea antes que o beneplácito do tempo e da saudade fosse chamado a vir para idealizá-la. Em sua trajetória incomum e no rastro de luz que deixou, a família do Colégio Santo Antônio pôde reconhecer sempre, sem vacilações, os traços abstratos do que hoje, passado o seu tempo neste mundo, resta-nos apenas citar o nome: o amor, a paz, o bem, o trabalho e a inteligência.

Ninguém que com ele conviveu desconhece que Frei Hilário comportou-se em vida como discípulo próximo de São Francisco, o jogral de Deus, natural de Assis, que valorizou a contemplação apaixonada dos sofrimentos de Jesus, o amor por toda a criação no Cristo e a pobreza voluntária.

Frei Hilário, franciscano por opção, renunciou às benesses materiais. Também por opção faria outra renúncia significativa, quando deixou o solo holandês, o aconchego da pátria e da língua mãe para radicar-se no Brasil e aqui cumprir as tarefas que a sua congregação, a dos freis franciscanos holandeses, a ele sucessivamente confiou.

O amor, o bem, o desapego, o conforto interior já expressos nessas primeiras opções seriam ainda mais fortalecidos na missão confiada a Frei Hilário em solo brasileiro e que desempenhou com dedicação e brilho: a missão de ensinar.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado Sávio Souza Cruz, gostaria de dizer a V. Exa. que, por não ter estudado no Colégio Santo Antônio, não tive o privilégio de ter sido aluno do Frei Hilário. Mas, por outros caminhos desta vida, tive a oportunidade do convívio com alguns freis franciscanos holandeses que compõem esse grande grupo de atuação na educação mineira com o Colégio Santo Antônio e o Instituto Frei Orlando.

Tive o privilégio de conhecer o Frei Hilário, pois fui amigo próximo do Frei Edilberto. Posso avaliar, com clareza e muita segurança, a justeza das suas palavras e o sentimento de tristeza de V. Exa. e de todos os membros dessa grande família do Colégio Santo Antônio. Portanto, gostaria de cumprimentar V. Exa. por sua manifestação e compartilhar do pesar, da saudade e da homenagem à memória desse grande homem, que dedicou sua vida ao ensino, sobretudo ao ensino da vida e da experiência, e teve uma vida iluminada.

A V. Exa., portanto, meus cumprimentos, e a todos os membros da família do Colégio Santo Antônio, também a minha saudade e os meus sentimentos de pêsames pela perda do Frei Hilário.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Agradeço as palavras do Deputado Amilcar Martins, que vêm enriquecer essa nossa singela, mas espontânea e emocionada, homenagem ao Frei Hilário.

Também para Frei Hilário valeriam as palavras com que São Francisco, nos remotos anos do início do século XIII, escolheu Santo Antônio de Pádua para o trabalho pedagógico. Foram as seguintes as palavras, que se tornaram célebres: "Eu, Frei Francisco, saúdo Frei Antônio. Gostaria que ensinasses aos irmãos a ciência da vida".

Essas palavras, sem dúvida, repercutiram, séculos depois, na alma de Frei Hilário, que acolheu com alegria esse novo chamado. Franciscano por opção, emigrante por opção, Frei Hilário foi também educador por opção, e outra coisa não fez neste mundo senão ensinar incansavelmente a ciência da vida a quantos dele se aproximassem.

E se as primeiras opções foram inspiradas pelo amor, pela paz e pelo bem, a última, a opção pelo ensino, continuaria não só mantenedora da mesma inspiração, mas também ofereceria campo propício para o exercício do trabalho e da inteligência, duas capacidades de que Frei Hilário mostrou-se singularmente aquinhoado. Incansável trabalhador, era ele também dono de claro pensamento, larga visão e profunda sintonia com o tempo em que vivemos, conseguindo irmanar a todos em grande família, que nucleou o Colégio Santo Antônio.

Foi, pois, com amor, paz e bem, trabalho e inteligência que Frei Hilário ensinou a ciência da vida. Ensinou-a por meio de exemplos cotidianos de solidariedade e de amor universais. Ensinou a ciência da vida por meio dos sacramentos que ministrou, renovando-os a cada batizado ou a

cada casamento, como se fosse aquela a primeira vez que os ministrava. Ensinou-a no altar da capela do Colégio Santo Antônio, por meio de missas inesquecíveis, imediatamente transformadas em fontes permanentes de alimento. Ensinou-a como professor, como profissional do ensino, na labuta diária nas salas de aula do Colégio Santo Antônio. Ensinou-a como Diretor do mesmo Colégio, a cuja frente permaneceu até o ano 2000, quando se comemorou o cinquentenário de fundação daquele estabelecimento.

Lembro-me de que, em reunião solene realizada nesta Assembléia de Minas em comemoração do cinquentenário do Colégio Santo Antônio, Frei Hilário fez, em sua fala, uma retrospectiva da história daquele educandário, enfatizando o quanto de ideal e de sacrifícios havia sido colocado em sua construção. Mesmo que não tivesse a intenção, transpareceu, por sua fala, o quanto de sua própria vida havia se amalgamado à vida do colégio, a que ele dava, então, profunda identidade.

Apesar disso, como que a mostrar que a vida do colégio e a sua vida de religioso naquelas paredes não se esgotavam, nem no dia solene de uma celebração como aquela se entregou ao hiato de um merecido descanso ou de uma delongada apreciação das conquistas acumuladas.

Saiu deste Plenário no meio da reunião, deixando-a inconclusa e, especialmente, deixando que nós, os que ficávamos, comemorássemos como se fosse apenas nossa a alegria da festa do Colégio nos seus 50 anos.

E por que saíra o Frei Hilário antes do fim da cerimônia? É porque o esperava o casamento de um ex-aluno que o quisera como celebrante. Lá se foi para as bodas o Frei Hilário, já escura a noite, indo levar a outros corações a mesma mensagem de confiança e de alegria, de coragem e de perseverança, de humildade, a mesma mensagem de solidariedade que ele deixara aberta, como um livro de luz, no meio de quantos se encontravam, naquela noite, no Plenário desta Assembléia.

Frei Hilário foi, assim, o verdadeiro mestre, o ser-palavra de que falam os filósofos, o que ensinou não apenas pelas palavras que proferiu, mas também pelas ações que praticou, pelas decisões que tomou, pelas posições que defendeu. E desse ser-palavra, o que emanou sempre foi o amor, a paz, o bem, o trabalho e a inteligência.

Percebíamos, com clareza, esses traços residuais em Frei Hilário quando o tínhamos ainda conosco. Não precisaremos, pois, que o tempo ou a saudade, com sua capacidade de apagar as circunstâncias, venham construir dentro de nós o retrato essencial que ele próprio deixou formatado. Já temos o retrato essencial de Frei Hilário, e, por ele, sem necessidade de idealizações, já o admirávamos em vida. Tão solidamente construído, esse retrato essencial faz parte de nós, permanece conosco e conosco continuará, enquanto vivermos, a alimentar o nosso coração com sementes de sabedoria e luzes de esperança. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores militares nas galerias, imprensa, recebi uma correspondência do Instituto Mineiro dos Engenheiros Cíveis - IMEC -, fazendo-me uma solicitação que causou o meu pronunciamento nesta tarde. O IMEC, no uso de suas atribuições como entidade de classe, solicitou o nosso apoio no sentido de resolver uma questão levantada pela CEMIG, relativa à autoria de projetos elétricos.

Segundo aquela entidade, na Decisão Normatizadora nº 1/2000, o CREA-MG concede, com base nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 23.569/33, a todos os engenheiros civis a condição de realizar projetos elétricos de baixa tensão.

Tal decisão não está sendo respeitada pelas agências da CEMIG, que, ao analisar o projeto de padrão realizado por engenheiros civis, questionam a validade do trabalho, deixando em situação constrangedora aqueles profissionais.

Queremos deixar claro que o órgão fiscalizador das atribuições dos serviços de engenharia é o CREA-MG, ou seja, se o engenheiro civil não possuir as atribuições em carteira e preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART -, caberá ao Conselho a função de punição.

Portanto, solicitamos ao Presidente da CEMIG, Djalma Moraes, que reveja a posição da empresa em relação a esse procedimento e trate com mais respeito uma categoria profissional que presta relevantes serviços para o desenvolvimento de nosso Estado.

Outro assunto de relevante interesse para todo o Estado diz respeito à alta carga tributária incidente sobre as pequenas empresas e as microempresas. Nesse sentido, apoiamos as declarações do Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais, Milton Reis, que defende a redução imediata desses tributos.

Em Minas, há 463 mil pequenas empresas e microempresas que geram 2.600.000 de empregos. É preciso que medidas urgentes sejam tomadas, o que, com certeza, viabilizará a geração de novos postos de trabalho.

Se o Estado quer realmente melhorar a competitividade de suas empresas, gerando mais empregos, melhorando a produção e combatendo definitivamente a sonegação fiscal, precisa urgentemente efetuar uma revisão no seu sistema de cobrança de impostos, tornando-o eficiente e moderno, mudando a atual estrutura obsoleta e demasiadamente complexa do sistema vigente.

Priorizar medidas que promovam a cobrança justa dos impostos é contribuir para que o sistema produtivo não sofra uma desaceleração e corra o risco de parar, podendo, com isso, comprometer as metas de crescimento. Obrigado.

Já temos um projeto do Deputado Chico Rafael tramitando na Casa e que vem ao encontro do que disse o nosso Presidente Milton Reis com referência às pequenas empresas e as microempresas. Peço ao Deputado que apresse a votação desse projeto.

Quero também dizer aos engenheiros que me encaminharam solicitação que o nosso pronunciamento e o nosso pedido também serão encaminhados ao Presidente da CEMIG. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo hoje esta tribuna para prestar homenagem a uma grande família mineira, exemplar e de tradição no maior sentido e na melhor acepção do termo. Que honra, das melhores tradições mineiras, uma família que, ao longo de muitos anos tem prestado os serviços mais relevantes a Minas Gerais por várias gerações.

Mas hoje ocupo a esta tribuna para prestar homenagem ao centenário do seu líder, do centenário de um visionário, como está no texto publicado no final desta semana, para celebrar o centenário de nascimento do Dr. Gualter Gonçalves. Refiro-me à família Marcelo Gonçalves, que teve no Dr. Gualter o seu chefe, um médico honrado, nascido em Santa Bárbara, formado aqui, em 1925, e que por 39 anos exerceu a Medicina como um verdadeiro sacerdócio. No momento em que era incomum, elegeu duas especializações. A cirurgia plástica reparadora e a otorrinolaringologia. Ao longo de 39 anos, exerceu a medicina aqui atendendo o povo de Minas Gerais quando o menos importante do seu

exercício era o pagamento das suas consultas.

Muitas vezes recebia em pagamento às consultas, como era comum antigamente e ainda é no interior de Minas, algumas frutas, algumas verduras, um frango e, na maior parte das vezes, não recebia nada. A mesma medicina que aprendi a admirar no meu avô, Borges da Costa, em meu pai, meus tios e tantos outros. Esse homem, um exemplo de mineiro, um exemplo de médico, um exemplo de cidadão, mas, sobretudo, um exemplo de chefe de família. O Dr. Gualter, que teve ao seu lado a D. Stela, que não tive o privilégio de conhecer, mas a quem minha mãe se refere de forma tão doce, tão carinhosa e tão saudosa que me transmite o que essa senhora representou também como educadora. Não satisfeita de criar 12 filhos, ainda teve forças para educar várias gerações de mineiros e belo-horizontinos.

A tribuna dos representantes do povo de Minas Gerais é o lugar adequado e exato para o reconhecimento desses grandes exemplos, dessas figuras ícones, desses exemplos de mineiros. Num momento de materialismo, de apego ao dinheiro, de despreparo, de desapego às questões de espírito, temos de ocupar a esta tribuna para um pleito de homenagem, para que as futuras gerações de mineiros não se esqueçam de que houve um homem nascido em Minas Gerais que honrou sua trajetória na terra fazendo o bem, exercendo a medicina, criando uma família de forma honrada e correta e que tem, nos seus descendentes, pessoas igualmente corretas - seus filhos e seus netos que têm honrado essa tradição de prestar serviços a Minas Gerais e ao Brasil.

Neste momento em que homenageio a memória do Dr. Gualter Gonçalves e de D. Stela, quero estender esta homenagem a todos os seus filhos: Ana Amélia, Élcia, Marília, Júnea, Francisco Guilherme, Gualter Filho, Maria de Lourdes, Maria Flávia, Maria Stela, Maria Leticia, Maria Cristina e Luiz Roberto. Todos eles honram a memória de seu pai e tiveram um gesto tão delicado de reunir a família neste fim-de-semana para este momento de lembrança e de reflexão, no centenário do nascimento de seu pai. A todos eles minhas homenagens, sobretudo à memória desse grande mineiro, Dr. Gualter Gonçalves, médico mineiro de Santa Bárbara, que exerceu aqui seu sacerdócio por 39 anos e que criou de maneira exemplar uma família tão bonita.

Sr. Presidente, aproveito minha presença nesta tribuna para prestar homenagem a outro jovem desportista mineiro, o piloto Cristiano da Mata, que honrou Minas Gerais neste final de semana, ganhando as 500 milhas da Fórmula Indy na Califórnia. Cristiano da Mata é filho de um antigo apaixonado pelo automobilismo, Toninho da Mata.

Esse jovem mineiro, seguindo os passos de seu pai, encheu de orgulho a todos nós, mineiros e brasileiros, quando venceu as 500 milhas da Califórnia, no final da semana. A ele, a minha homenagem.

Não quero estragar este momento de emoção, em que honro a memória de Gualter Gonçalves e presto uma homenagem a Cristiano da Mata, para falar de assuntos menos agradáveis. Reservo-me o direito de não me referir ao Governador Itamar Franco. Por onde anda ele, onde está, fazendo o quê? Sabemos, apenas, que não está no Palácio da Liberdade, não está onde deveria, não está exercendo o cargo para o qual foi eleito, não está honrando seu mandato de Governador de Minas. Está cuidando de interesses pessoais, de um projeto pessoal, a custo do povo de Minas Gerais. Mas, para não estragar este momento de homenagem, reservo-me o direito de voltar à tribuna, ainda esta semana, para, mais uma vez, exercer o papel constitucional que me foi dado pelo povo de Minas Gerais, de fiscalizar o Poder Executivo, dizendo a todos os mineiros por que Minas está abandonada, por que estamos perdendo investimentos, por que estamos perdendo empregos para a nossa juventude e geração de renda para nosso povo, por que Minas Gerais está sem governo, sem comando, e é palco e alvo de denúncias de corrupção, malversação do dinheiro público. Porque tem um Governador que não quer governar Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, aqui venho tratar de dois assuntos. O primeiro refere-se à necessidade de registrar uma preocupação que não é só minha, mas do povo mineiro, no que tange à precariedade da BR-135. Nos últimos 15 dias, tivemos algumas chuvas no Norte de Minas, e essas escassas chuvas, características do início do período chuvoso, foram suficientes para que se instalasse o caos na BR-135, principalmente no trecho que liga Sete Lagoas à cidade de Montes Claros. Caso comparemos este meu pronunciamento com o que fiz no ano passado, teremos um vídeoteipe macabro do que aconteceu naquela época e, certamente, acontecerá neste ano de 2001.

A BR-135, por irresponsabilidade do DNER, ainda vai matar muito. Vamos assistir à reprise dos acidentes fatais em virtude dos buracos, dessa irresponsabilidade. Esse trecho, com 30km, é o maior desafio para os motoristas que passam por essa importante rodovia federal. Não se trafega a mais de 30km por hora, e são inúmeros os carros quebrados nos acostamentos. E não é apenas o prejuízo material das pessoas que trafegam por essa rodovia que é incalculável, temos também grande número de acidentes fatais.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Caro Deputado Carlos Pimenta, mais uma vez, e quantas forem necessárias, vamos estar aqui brigando e defendendo a população de Minas Gerais com relação à segurança nas estradas. Essas duas estradas por que transitamos em direção ao Centro-Norte, a BR-040 e a BR-135, são causas de calamidade pública crônica. Há três anos houve aumento considerável de tráfego pesado nessas rodovias, no trecho de Belo Horizonte a Montes Claros. Não estavam aptas a receber esse tipo de tráfego, aumentado devido ao encurtamento da estrada. Isso acabou com elas. Já estamos há mais de um ano nessa luta, sem qualquer resultado. Temos somente promessas. O Ministro que nos prometeu o recapeamento da BR-135 até Buenópolis, e posteriormente até Bocaiúva, está correndo o risco de sair do Ministério.

Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, porque o nosso trabalho é o de prevenir. Temos que lutar para que não haja perda de vidas ou seqüelas de acidentes, que, com certeza, acontecerão. Há poucos dias estávamos juntos em Joaquim Felício, quando tivemos que interromper, por meia hora, a BR-135, protestando e chamando a atenção das autoridades para que se sensibilizem e façam o recapeamento dessa estrada. Depois de amanhã a Comissão de Transporte estará em Sete Lagoas para discutir a respeito do trecho da BR-040 que está precisando de reparos urgentes. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Quero agradecer o aparte de V. Exa., Deputado Doutor Viana, que vive em Curvelo e é uma das vítimas da falta de um compromisso verdadeiro do Governo Federal para com a população mineira.

O que me deixa mais indignado, para não dizer irritado, são as promessas feitas com relação à recuperação dessa estrada. Tão logo passou o período chuvoso, iniciaram o programa tapa-buracos. Passaram mel de coruja para tapar os buracos, e ficou a promessa de recuperação da estrada, uma das BRs mais importantes do Estado, pois faz a interligação do Sudeste com o Nordeste brasileiro, por onde passam, diariamente, cerca de sete mil carretas. As promessas, entretanto, ficaram apenas nas palavras do Ministro e na esperança de todos de assistir a uma recuperação que não aconteceu.

Srs. Deputados e povo de Minas Gerais, estamos entrando, mais uma vez, com ação civil pública contra o DNER. Estamos protocolando hoje, no Ministério Público, um documento responsabilizando o Governo pelo que vier a acontecer a partir de agora, única e exclusivamente, graças à irresponsabilidade desse Departamento. Não sabemos se nossa ação terá algum respaldo jurídico ou a repercussão devida. Não sabemos se algum Juiz poderá obrigar o DNER a recuperar a estrada, mas queremos deixar registrado, pelo segundo ano consecutivo, que não aceitamos a situação em que se encontra a BR-135.

No ano passado, mais ou menos nesta mesma época, oito professores da UNIMONTES perderam suas vidas em um acidente fatal nessa rodovia. Enviei um ofício ao DNER e à PRF solicitando levantamento do número de acidentes e vítimas fatais.

Estou vendo aqui policiais do Corpo de Bombeiros, que tantas vezes foram até a BR-135 para resgatar vítimas, tirando seus corpos do meio das ferragens.

Estamos protocolando, no Ministério Público, essa denúncia de irresponsabilidade antecipada pelo que vier a acontecer aos motoristas e passageiros que trafegam na BR-135.

Sr. Presidente, gostaria de tratar de outro assunto neste tempo que me resta. Muitas vezes, para se fazer um trabalho bem feito na área de saúde pública do Estado, ter credibilidade e salvar vidas, não é preciso despender muitos recursos. Neste momento, quero fazer alusão a um importante programa que o Governo do Estado está lançando hoje em Montes Claros: o Programa de Prevenção do Câncer da Mama. Aproveitando a experiência da Associação do Câncer de Mama, de Belo Horizonte, o Governo do Estado lança uma campanha, utilizando o protótipo de mama de silicone, altamente educativo. É uma iniciativa muito importante, que, certamente, será seguida por todos os Estados brasileiros.

Os agentes de saúde vão até as casas, com esse protótipo, para ensinar as mulheres a se apalpar e a fazer o auto-exame da mama.

Esse protótipo é extremamente ilustrativo. É dividido em quatro partes. Em uma delas, imita-se a consistência de mama normal; em outra, as doenças que pode haver na mama, como a fibrose; na seguinte, os nódulos benignos, e na última, o câncer. É simples. Temos de mostrar que o grande instrumento de prevenção do câncer da mama, que pode ocorrer em nossas mulheres, em nossas mães, em nossas filhas e em nossa amigas, é o hábito de se apalpar.

O Governo do Estado dá um passo decisivo nesse sentido. Cumprimento ao Governador Itamar Franco e ao Secretário da Saúde Carlos Patrício por ter recorrido à ASPRECAN, utilizando a experiência de tantos anos desse órgão. Com certeza, o Programa de Prevenção do Câncer de Mama de Minas Gerais será pioneiro e será um exemplo para o Brasil. Com isso, livraremos a mulher do câncer que mais mata. De acordo com as estatísticas médicas, uma em cada oito mulheres, ao longo de sua vida, terá o câncer de mama. Essa opção do Governador e do Secretário, de inserir no PSF esse protótipo de mama e os folhetos ilustrativos, pouco custou aos cofres do Estado e desmistificou o câncer de mama. Certamente, esse programa será um salto de qualidade.

Na primeira parte do meu pronunciamento, relatei com tristeza a precariedade da BR-135. Na segunda parte, louvo a atitude da Secretaria da Saúde. Muitas mulheres, maridos e pais das mulheres que estão me ouvindo certamente ouvirão falar muito sobre o Programa Mamamiga, da Secretaria da Saúde de Minas Gerais. No ano que vem, trarei os índices de qualidade, de excelência, de aceitação e de responsabilidade por termos salvo a vida das mulheres mineiras. Parabéns, Governador Itamar Franco, Secretário Carlos Patrício, e agentes de saúde deste Estado. Esses últimos terão a responsabilidade de orientar as mulheres para que, em suas próprias mãos, encontrem o principal instrumento para salvar as suas vidas, prevenindo-se contra o câncer de mama. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Carlos Pimenta quando abordou a situação da BR-135. O Deputado Doutor Viana também destacou a situação caótica em que se encontra essa rodovia. Serei obrigado a iniciar o meu pronunciamento com esse assunto porque, nesse final de semana, dirigindo na estrada que liga Montes Claros a Belo Horizonte, pude sentir o efeito drástico e danoso dos buracos e da situação precária dessa rodovia. Reconheço que, infelizmente, o Governo Federal continua de marcação com Minas Gerais, a ponto de deixar as estradas mineiras em situação lastimável. Bem lembrou o Deputado Doutor Viana, que, no ano passado, estivemos com o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, do PMDB, denunciando a situação grave das estradas mineiras, em especial da BR-135. Recebemos dessa autoridade a garantia de que a reforma da rodovia não havia sido feita por questão orçamentária, mas que, tão logo virasse o ano e fosse adotado o orçamento de 2001, essa obra seria realizada. E acreditamos e confiamos. De lá para cá, nada mais além de um pequeno mel-de-coruja, como se diz popularmente, feito pelo DER do Estado. E a verba do Governo Federal para recapeamento da BR-135 não foi concretizada. Um ano depois, quando volta o período chuvoso, bastam as primeiras chuvas para os buracos voltarem, porque o tapa-buracos foi apenas paliativo. Hoje, viajar pela BR-135 voltou a ser risco de vida muito alto. E novamente aqui estamos, diante do mesmo problema - aliás, agravado do ano passado para cá - e lamentando que as estradas mineiras continuem em situação deplorável, por irresponsabilidade, por picardia do Governo Federal.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso vai ao Chile e fala em espanhol, vai à França e fala em francês - num bonito discurso no parlamento francês -, vai aos Estados Unidos e fala um perfeito inglês. Falta ao Sr. Presidente da República a capacidade simples de falar em português claro e mandar que se resolvam os graves problemas que Minas Gerais enfrenta, por culpa da discriminação odiosa que parece ter o Governo Federal contra o nosso Estado e o Governador Itamar Franco.

Não adianta mais ir ao Ministro nem fazer peregrinações a Brasília, porque este Governo não tem jeito. Está vendo os seus dias chegarem ao fim, transformando numa odiosa disputa política toda a questão brasileira. Estão preocupados com a candidatura de Itamar Franco à Presidência da República, por isso criam hipóteses de candidaturas, emolduram candidaturas muito simpáticas para tentarem, a qualquer custo, evitar que o povo brasileiro dê um basta a esse desmando capitaneado pelo Governo Federal.

Mas, falando em rodovias, parece que a situação de penúria das estradas mineiras é geral. Ainda agora recebo dos Vereadores das cidades de Almenara, Rubim, Rio do Prado e Palmópolis um grave depoimento de um movimento que estão querendo fazer para reforma da estrada - ainda não asfaltada - que liga Almenara a Rubim, Palmópolis e Rio do Prado, já intransitável, tendo em vista as recentes chuvas que caíram sobre a região.

O vale do Jequitinhonha, que precisa de tanto apoio! Primeiro, é a pobreza, é o que chamam de miséria, é o sofrimento de um povo, é a ausência dos Governos, é a omissão das autoridades. E agora, quando chega a chuva que seria para amenizar o sofrimento da população do Jequitinhonha, se, de um lado, de fato, ela ameniza, melhora as plantações e as pastagens, de outro, bastam as primeiras chuvas para se tornarem intransitáveis as estradas sem asfalto daquela região. Três são as estradas mais importantes: a rodovia Almenara-Pedra Azul - cerca de 90km ainda em estrada de terra -; um outro trecho de uma rodovia federal, que seria de Almenara, passando por Jacinto, indo até Salto da Divisa. Até Jacinto, o asfalto foi feito, mas a obra está paralisada, faltando ser concluído o trecho entre Jacinto e Salto da Divisa. E a outra rodovia, com estrada de terra em péssimas condições, é a que liga Almenara, Rubim, Palmópolis e Rio do Prado. Esse é o trecho pelo qual os Vereadores estão se mobilizando para vir a Belo Horizonte, atrás do DER e do Governo do Estado, na pessoa do nosso Vice-Governador, Newton Cardoso, em quem tanto confiam, acreditando que possa dar um socorro, simplesmente porque não há condições de se trafegar nessas estradas.

Faço um apelo ao DER. É preciso que ele faça um conserto de urgência nessa rodovia, porque as lideranças políticas, os Prefeitos, os Vereadores daquela região estão em pé de guerra, não conseguem permanecer na situação em que estão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveite a oportunidade para falar de duas audiências públicas que acontecerão nesta Casa em breve. No próximo dia 8, faremos uma homenagem, aprovada pelo Plenário desta Casa, ao jesuíta Pe. Vaz, que completa 80 anos. Ele é um dos jesuítas mais respeitados da Igreja Católica no Brasil, tendo uma lista de obras nas áreas da teologia, da filosofia, da sociologia. Portanto, tem

condições de receber essa homenagem, que irá acontecer depois de amanhã, às 14 horas. Convido todas as lideranças católicas da Arquidiocese de Belo Horizonte e do interior do Estado para prestarmos essa homenagem ao eminente Pe. Vaz, jesuíta com amplos serviços prestados à Igreja Católica de Minas e ao Brasil. Na semana passada, estando com o Cardeal Arcebispo D. Serafim Fernandes de Araújo, renovei-lhe o convite para que comparecesse a essa solenidade. E ele, de muito bom grado, dispôs-se a comparecer, para que juntos pudéssemos aplaudir e homenagear esse grande cidadão, esse grande jesuíta, que tanta obra intelectual trouxe para Minas e para o Brasil. Hoje, é um dos homens mais respeitados no Brasil, principalmente na área da teologia.

E, no dia 10/12/2001, teremos oportunidade de abordar uma questão que nos comove. A partir de um requerimento de nossa autoria, teremos a oportunidade de debater a questão de uma deficiência que nem sempre é vista em todos os recantos do nosso Estado. Estou-me referindo aos surdos, que representam mais de 1% da população brasileira. Às vezes, como não têm, aparentemente, nenhuma deficiência física, convivem entre nós, mas são vítimas de preconceitos, de humilhações, não têm oportunidade de acesso a empregos públicos. Muitas vezes, são deixados para trás na competição do mercado de trabalho, porque são deficientes auditivos. Vamos ouvir três autoridades do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, que irão debater conosco a questão da surdez no Brasil. Vamos tentar encontrar opções para melhorar as condições de vida desses deficientes, para achar uma forma de convivência harmoniosa, respeitosa para com eles. Porque não têm sua deficiência tão à vista, acabam sendo discriminados duplamente. De um lado, são discriminados porque os que sabem dessa deficiência sempre os deixam de fora, aquém do que deveriam ter. E os que não sabem acabam discriminando-os muito mais. Vamos estudar uma legislação para Minas Gerais, para os surdos. Vamos encontrar uma forma de apoiar as associações ligadas ao movimento de apoio aos surdos. E vamos buscar a apresentação de projetos de lei nesta Casa, para que possamos resgatar a dignidade desse segmento, que tem sido tão colocado à margem da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão de Saúde desta Casa teve uma audiência muito importante, com a presença do Sr. Secretário da Saúde, Gen. Carlos Patrício, e do Secretário do Planejamento, Dr. Frederico Penido. O assunto foi o financiamento da saúde pública em nosso Estado. Basicamente, os Deputados reivindicaram a ampliação das verbas destinadas à saúde pública, chegando-se pelo menos ao limite constitucional obrigatório, que é dever do Estado cumprir, ou seja, pouco mais de 8%, porque nem a isso o Estado chegou nos seus gastos anuais com a saúde.

Em um certo momento - e eu era Prefeito de Montes Claros -, o Estado resolveu municipalizar a saúde, entregando os funcionários dessa área para os municípios, como se fossem uma batata quente, um trambolho, um problema a menos. Assim, ficaram nas mãos dos Prefeitos os funcionários da Secretaria da Saúde. Como Prefeito de Montes Claros, na época, complementamos o salário daqueles funcionários estaduais - que, em virtude da municipalização, passaram a trabalhar lado a lado com os funcionários do município -, porque havia níveis salariais diferentes. Assim, pagamos o complemento para equiparar os salários. Não se admite que médicos - uns da Prefeitura e outros do Estado -, apesar de trabalharem juntos, tenham salários diferentes. Naquele momento, entregaram aqueles funcionários aos municípios. Parece-me que houve um descuido para com esses profissionais, de lá para cá.

Estamos vivendo uma situação inexplicável. Esse foi o teor do meu pronunciamento de hoje na Comissão de Saúde, ao dirigir-me aos Secretários da Saúde e do Planejamento. O Estado melhorou os salários dos funcionários da área da educação, o que era uma questão de honra do Governador Itamar Franco. Por exemplo, uma serviçal ganha pouco mais de R\$400,00, trabalhando meio expediente. Está bom. Ficamos satisfeitos com isso, é um preito de gratidão que faz o Governador, quando assim paga. Mas como imaginar que funcionários que fazem os mesmos serviços ou serviços assemelhados ganhem um salário que é menos da metade do de outro funcionário que trabalha em outra secretaria? Como pode o mesmo Governador pagar para funcionários de empresas públicas, como a CEMIG e a COPASA, salários que são três ou quatro vezes maiores que os percebidos por outros funcionários, filhos do mesmo Governo, que trabalham na Secretaria da Saúde?

A solução é o encaminhamento a esta Casa do plano de cargos e salários dessa Secretaria. Diversas secretarias têm o seu plano de cargos e salários, mas o da Secretaria da Saúde ainda não chegou a esta Assembléia. Não teremos saúde de qualidade em Minas Gerais enquanto não pagarmos condignamente os funcionários, pelo menos equiparando os seus salários aos dos funcionários de outras secretarias.

É uma imposição do atual momento convenceremos o Governo. Faço um apelo à sensibilidade do Governador Itamar Franco: estamos esperando o envio a esta Casa do plano de cargos e salários da Secretaria da Saúde, porque temos a certeza de que ele resgatará o respeito e a dignidade dos funcionários que trabalham em todos os recantos de Minas Gerais. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, quando me apresentei e pedi que a população me desse um voto de confiança para representá-la nesta Casa, meu espírito era - e ainda é - o de representá-la com dignidade, coragem, respeito, buscando enfrentar toda e qualquer situação, seja polêmica ou não.

Ser covarde não faz parte da minha trajetória como ser humano, principalmente no momento em que não posso nem devo falar em meu nome, mas em nome do povo de Minas, em nome de 46 mil pessoas que confiaram seu voto à minha pessoa.

Volto, Sr. Presidente, para falar da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, para falar da vida de 127 mil servidores designados do Estado, que poderão, a partir de 1º/1/2002, estar no olho da rua, sem direito a R\$1,00 de indenização, sem direito a seguro-desemprego, apesar de terem estado, por 5, 10, 15, 20, 25 anos, servindo à sociedade mineira no setor público.

Essa visão precisa ser colocada e repassada para a sociedade. Já conseguimos algumas vitórias nesse processo. A primeira, atribuiria à mudança do foco da imprensa sobre o problema. Num primeiro momento, só se falava em trem da alegria, em inconstitucionalidade; dava-se ênfase à posição de alguns parlamentares que não tiveram a dignidade de usar a tribuna e enfrentar a sociedade, os designados, apresentando sua posição pessoal e considerando a proposta como imoral.

É moral, Sr. Presidente, permitir que, por uma canetada, sejam colocados na rua cerca de 100 mil funcionários públicos que trabalharam por 5, 10, 15, 20, 25 anos - há até casos de 30 anos -, sem direito a aposentadoria, a indenização, sem sequer o direito à proteção, à guarda da sua segurança, da condução harmônica e da busca do desenvolvimento sustentável do poder público? Quando digo poder público, estou-me referindo a Estado, a Executivo, a Legislativo, a Judiciário e - chamaria a atenção - à imprensa e à sociedade civil.

Precisamos efetuar mudanças de conceitos. A solidariedade e o respeito ao sofrimento alheio já não estão mais sendo olhados.

Sr. Presidente, o "Estado de Minas" publicou uma carta de um professor de Química que me chamou de uma Deputada qualquer que apresenta uma proposta louca. Disse ainda que eu estava contra a busca da qualidade na educação do Estado. O professor ainda disse, em sua carta, que essas pessoas não teriam direito de estar na escola e, por fim, perguntou se eu colocaria minha filha numa escola pública.

Gostaria que a Assembléia desse oportunidade aos servidores para falarem qual foi o teor da prova e que tipo de pressão vêm sofrendo por parte das suas lideranças com relação ao concurso e para não aprovarem e não serem solidários com a Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Sobre o que escreveu esse professor, gostaria de fazer uma reflexão. Para o professor que está em sala de aula, ensinar conteúdo

programático é apenas uma de suas funções. Ele deve também ajudar a formar cidadãos conscientes, críticos, respeitosos, que entendam a necessidade da promoção de um desenvolvimento harmônico, que possibilite um mínimo de condição de vida para todos os habitantes do nosso Estado, do nosso País e do nosso planeta.

Com o pouco conhecimento que tenho em Química, utilizo o conceito do átomo, que é um elemento, a menor partícula que existe, para citar um exemplo. Ele possui um próton e um elétron circulando em torno de um núcleo e trabalhando em harmonia. Transponho essa situação para a democracia: se nós, cidadãos, não aprendermos a respeitar a democracia, a respeitar a contradição, não há por que falar em democracia. Voltemos à ditadura, ao período em que não era permitido se manifestar, falar e buscar a justiça.

Com relação a minha filha, professor de Química, não a matricularia numa escola pública cujas aulas fossem ministradas por um professor do seu perfil, que só privilegia o conhecimento do seu conteúdo. Mas talvez a pusesse nessa escola, para que fosse um agente que o colocaria conceitualmente como mestre, que não é aquele que ensina, mas o que aprende, para poder ensiná-lo um pouco a compreender e perceber o universo que está ao seu redor. Por você, professor, não me importo de ser chamada de uma qualquer, até porque todos os que participaram das grandes lutas e conquistas da humanidade, como Cristo, Buda, Tancredo Neves e tantos outros que lutaram pela liberdade, harmonia e justiça, foram xingados, apedrejados, e foram colocadas muitas visões idiotas e míopes, que estavam voltadas somente para si. Preocupa-me, professor, que o senhor esteja colocando como uma qualquer a professora que trabalha do seu lado, suas colegas de trabalho, que, no meu entendimento, não são respeitadas pelo senhor, que não tem nenhum sentimento de humanidade, educação, para que possa estar na luta para encontrar uma solução para essas pessoas que foram chamadas pelo Estado para trabalhar por 10, 20 anos. O senhor, que espero tenha passado no concurso, só cumpriu um estágio de três anos para que o Estado pudesse avaliá-lo. Por que o Estado não viabilizou um instrumento permanente de avaliação desses professores, depois de seu primeiro, segundo ou terceiro ano? Se fosse avaliado naquele momento, o Estado já não voltaria a contratá-lo, e ele tem esse instrumento.

É por isso, Sr. Presidente, que fico muito contente e orgulhosa de ter na condução do Poder Legislativo V. Exa., que teve a coragem de defender e estar à frente da luta para efetivarmos os 18 mil funcionários que estavam na função pública. Eles também não fizeram concurso para ingressar no Estado, mas trabalharam muitos anos, mereciam ser olhados com dignidade por todos nós. E, assim, V. Exa. teve todos os seus colegas votando junto com o senhor, pela justiça. Fico contente ao ver a Deputada Maria José Haueisen começando a ter um olhar diferenciado para estas pessoas que aí estão. Alegro-me ver a mudança de postura do Sind-UTE, que, ao invés de apenas discutir a inconstitucionalidade, começa a falar desses servidores que precisam ser olhados e protegidos por ele também, porque a obrigação do sindicato é defender todos os seus membros, quando eles clamam, principalmente e necessariamente, pela justiça. Alegro-me ver o Presidente da Assembléia Legislativa já partindo para um discurso da busca de uma solução que possa, dentro de uma harmonia e de uma intercessão, beneficiar o maior número possível de servidores. Vejo nos jornais, num contraponto, a posição do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, que, em um momento, fala que o Governo do Estado não está fazendo nenhuma pressão para que a proposta de emenda à Constituição não seja votada. E, em outro momento - soube disso pela imprensa -, defende que coloquemos isso somente após a consolidação do concurso, ao término do processo. Não podemos fazer isso, Deputado Antônio Andrade, não podemos nos acovardar neste momento e impedir que o processo prossiga, que tenha seqüência. No meu entendimento, o Poder Legislativo é a representação mais legítima do povo, porque é plural, são 77 cabeças pensando e buscando o bem comum, e não, apenas uma pessoa, não só a figura do Governador do Estado, que tem todo o poder do dinheiro e do Executivo na sua mão. Mas, aqui, a representação plural faz-se presente, e isso é muito importante. Parto em defesa dessas pessoas neste momento, com muita alegria, e conto com o Líder de meu partido, Deputado Antônio Carlos Andrade; com o Líder da Minoria, Deputado Ermano Batista, que, juntamente com os demais companheiros, defendem esses funcionários; com o PSB - vejo a Deputada Elaine Matozinhos, a quem logo concederei um aparte -, o PFL, o PTB, o Líder do PMDB e muitos de seus membros, que utilizaram o microfone na defesa dessas pessoas.

Espero que o PT possa reavaliar a sua postura, estando presente e se posicionando, mesmo que contra. Mas que permita que o processo corra, respeitando a discussão democrática e a representação de todas as linhas. A votação será no dia 21/11/2001, e não, nesta semana, em que não teríamos como mobilizar a classe para ocupar as galerias da Casa e todo o espaço vazio. Com as galerias cheias, a imprensa poderia perceber que uma professora de 50 anos e uma servicial de 60 anos não estão em um trem da alegria. Estão no expresso da justiça, na busca das nossas mãos que fazem as leis, para que possam ser utilizadas como instrumento da prática da justiça, que está muito acima de nós. Quem somos nós, seres humanos, para falar de justiça? Temos que exercer a justiça com os mandamentos de Deus, que é muito maior que nós, que busca o respeito, a humildade, a solidariedade, o conhecimento e a percepção. As nossas mãos podem ser instrumento da busca dessa justiça. E assim lutaremos.

Hoje, recebi mais um telefonema do Deputado Federal Fernando Diniz e outro do Deputado Federal Danilo de Castro, que disseram que, até o final desta semana, já entregam o texto final da emenda, em nível federal, a qual poderá legalizar e olhar por essas pessoas, que, acredito, em todo o País, devem estar na mesma situação.

O Deputado Sebastião Costa, num momento muito lúcido, disse que a Constituição de 1988, quando efetivou os funcionários que já estavam há mais de cinco anos no Estado - desde 1983 -, orientou para que os Deputados promovessem o concurso. Mas não disse como ficaria a situação das pessoas que já estivessem há 5, 10 ou 15 anos trabalhando, se o Estado não promovesse o concurso. A situação dessas pessoas, hoje, é muito mais complicada que a das pessoas que estavam, em 1983, no Estado. Vou voltar à tribuna quando votarmos os outros requerimentos, para encaminhar em busca da justiça e na marcha pela votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, no dia 21/11/2001.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte)* - Deputada Elbe Brandão, no dia em que ocupamos a tribuna para falar em nome do PSB, iniciamos a nossa fala dizendo que acreditávamos que os parlamentares da Casa buscam e sempre fizeram justiça. Ao longo desta caminhada, vi esta Casa fazer justiça por várias vezes. Tenho certeza de que hoje, quando V. Exa. ocupa a tribuna para enumerar os partidos, Lideranças e Deputados que já reviram a sua posição, quero fazer coro com V. Exa. a fim de que realmente possamos ter, se Deus quiser, 77 votos a favor, para mostrar à sociedade mineira o nosso compromisso com o trabalhador, com o profissional da educação. Inclusive para mostrar que, nas grandes causas em que se busca a defesa do interesse de mais de 100 mil trabalhadores, estaremos unidos dizendo que V. Exa. foi feliz, como o foi com relação à lei do benefício, no IPSEMG, para o marido da funcionária do Estado. Então, mais uma vez, V. Exa. mostra a sua competência, liderança e sensibilidade para com a causa do povo mineiro. Parabéns, Deputada Elbe.

* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Elbe Brandão* - O requerimento, pedindo informações sobre as contratações, é muito justo. Continuarei usando esta tribuna para falar sobre os contratados, designados, pedindo ao Presidente da Assembléia, Deputado Antônio Júlio, pessoa justa e correta, defensor do funcionalismo público, que coloque, na pauta do dia 21 de novembro, a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Quando a imprensa inquiriu-me sobre a proposta, deixei claro que não é apenas de minha autoria, pois surgiu nesta Casa, no momento em que o Poder Legislativo, que teve as galerias desta Casa lotadas, chamou o Secretário da Educação para discutir a questão dessas cento e tantas pessoas, que estavam tendo todo o seu tempo de serviço jogado fora, e respondeu com carta desrespeitosa, dizendo ter outro compromisso e que não mais falaria sobre os designados, já que concurso encontrava-se em andamento, sendo o assunto, para ele, matéria vencida. Mas se é matéria vencida para o Secretário da Educação, para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais é apenas o começo na defesa da justiça, na solução do problema dessas pessoas. Por isso surgiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, da demanda dos próprios servidores que fizeram com que cumpríssemos o nosso papel de agentes públicos. Caso o Secretário viesse à Assembléia, conversasse, abrindo negociações, a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 não existiria, assim como esta polêmica não estaria em voga. Mas o Secretário errou ao pensar que estava colocando um ponto final na questão, e que a Assembléia não buscaria outros caminhos. Uma emenda à Constituição, para tramitar na Casa, precisa da assinatura de 26 Deputados, sendo, portanto, de autoria da Casa. Pedimos que a Assembléia não trave a continuação do processo, permitindo sua votação em primeiro turno. Ontem, tentei falar com o Promotor Rodrigo, que arguiu sua inconstitucionalidade, para perceber

seu sentimento relativamente ao funcionário público. Procurava sondar seu pensamento, pois, na minha percepção, nenhum patrimônio é mais rico que o ser humano, o cidadão que trabalha buscando fazer do nosso Estado uma sociedade digna.

Deputada Elaine Matozinhos, poderemos buscar, com os sindicatos, o Governo do Estado, com esta Assembléia, com a APPMG, que merece ser louvada neste momento, porque teve a coragem de lutar por justiça, o consenso, a harmonia, os avanços. A Deputada Maria José Hauelsen fez o esboço de um substitutivo, prevendo a aposentadoria, assim como indenização.

Gostaria de informar que já tramita nesta Casa uma emenda do Deputado Dalmo Ribeiro Silva que prevê a indenização. Mas gostaria de entender a lógica da indenização. Vai começar a tramitar nesta Casa mais um projeto de anistia com qual objetivo? Só está acontecendo a anistia, porque o Governo fala que não tem dinheiro para pagar a 13º salário do funcionário público e que esse pagamento depende da Assembléia Legislativa. Ou seja, todo ônus da responsabilidade é do Poder Legislativo. Se formos pegar os 127 mil servidores, dentro da proposta do Deputado Dalmo, que prevê 200% do valor do salário percebido no mês, por ano trabalhado, e se a média for R\$500,00, chegaremos a R\$1.000,00 por ano trabalhado, e, pensando numa média de dez anos, chegaremos a um valor de R\$1.270.000.000,00. De onde o Governo vai tirar esse dinheiro? A Assembléia de Minas Gerais acha que o Governo vai ter esse dinheiro se não está tendo os R\$400.000.000,00 para pagar o 13º salário? É preciso que a Assembléia entenda que os designados não representam aumento na folha de pagamento, porque eles já recebem biênio, quinquênio, décimo-terceiro, férias. São lutas que foram conquistadas neste parlamento, porque antigamente não havia isso. Lembro-me de que, quando comecei na luta para que os maridos das funcionárias públicas tivessem acesso ao IPSEMG, de saúde e de pensão, fui chamada de louca. Disseram que eu iria quebrar o IPSEMG, que estava numa causa eleitoreira. No dia em que o Governador sancionou a lei, essas mesmas pessoas começaram a falar que o Governador concedeu. Não foi o Governador, foi uma luta que nasceu nesta Casa. Há pouco tempo, o Presidente do IPSEMG esteve aqui na Assembléia dizendo que o IPSEMG está muito bem. Que bom! Que bom que a inclusão de mais de 70 mil maridos das funcionárias públicas não quebrou o IPSEMG! Que bom que o Estado percebeu que o dinheiro que uma pessoa recolhe para o IPSEMG é o mesmo dinheiro que o professor recolhe para o IPSEMG, que a mulher ou a companheira dele tinha o mesmo dinheiro e que o marido ou o companheiro da professora também tinha esse direito. Essas lutas são resultados da nossa maturidade enquanto parlamentar, enquanto representante do povo.

Deputada Elaine Matozinhos, continuo esperando que o Líder do PFL, que o Líder do PTB, que o Líder do PL possam também, como ocuparam a tribuna no dia da votação, ocupar agora e pedir ao Presidente da Assembléia que coloque o projeto em pauta no dia 21 de novembro, para que a discussão tenha espaço. Neste momento só compete à Assembléia votar, ou não, em 1º turno; permitir, ou não, a discussão; buscar, ou não, a justiça. Estou vendo aqui o Deputado Alencar da Silveira Júnior, do PDT, e espero que o PDT também ocupe a tribuna para assumir a causa de colocar no dia 21 de novembro a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, e, livremente, os Deputados possam votar com a consciência, porque esse tem sido o posicionamento dos parlamentares, que representam a sociedade mineira. Assim, poderemos melhorar, agrupar, vislumbrar uma discussão maior, ouvindo o Supremo, porque, se a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 tem vícios de constitucionalidade, nenhum servidor público foi enganado, todos sabiam. Que o Supremo possa falar se essa proposta é inconstitucional. É constitucional a posição do Estado quando, irresponsavelmente, contratou por 5, 10 ou 15 anos essas mesmas pessoas? E, diante dessas duas questões inconstitucionais, qual tem de ser o julgamento do Supremo? Espero que seja um julgamento humano, coerente, honesto, verdadeiro.

E, por fim, Sr. Presidente, quero dizer que o trem da alegria poderia até ser utilizado, se estivéssemos falando de Deputado, Juiz, Promotor, Secretário, de quem detém o poder econômico, de quem detém o poder da justiça. Não aceitamos falar em trem da alegria, quando estamos falando em funcionários que ganham R\$300,00 a R\$400,00 por mês e que, com o seu dinheiro, pagam aluguel e dão dinheiro para seus filhos e dignidade para suas famílias. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Elbe Brandão* - Minha origem está no sertão. Conheço a vida de quem já caminhou descalço pela poeira e já viu essa mesma poeira sujando o rosto de muitas pessoas. Conheço as mãos do lavrador, do homem do campo, que, com muito respeito e dignidade, revolve a terra, para produzir o alimento que vai para a mesa dos Deputados, dos servidores e de toda a sociedade. Merecem todo o nosso respeito e que lutemos por sua causa.

Mas também merecem nosso respeito e nossa luta, Sr. Presidente, os 127 mil servidores do Estado que estão na iminência de ir para as ruas, no dia 1º de janeiro, sem direito a um tostão de indenização ou ao seguro-desemprego, depois de terem trabalhado durante 10, 15, 20, 25 anos ou mais.

É nossa intenção que a proposta de emenda à Constituição seja votada no dia 21 de novembro, para que todos os Deputados possam ver o rosto dessas pessoas de 40, 50, 55 ou 60 anos, que certamente não conseguirão um novo emprego no mercado de trabalho. O que será da vida dessas pessoas? Onde está a nossa responsabilidade? Onde está o sentimento de justiça, humanidade e respeito para com muitas delas, que educaram seus filhos?

Estudei na escola pública e, graças a Deus, sou cidadã em pleno exercício dos meus direitos e, hoje, represento a sociedade mineira. Recordo-me das serviços, que, dignamente, possibilitavam que a escola estivesse limpa e nossa merenda gostosa. Tinham respeito conosco e passavam as mãos em nossas cabeças. Acredito que V. Exas. tenham passado pelas escolas públicas e saibam exatamente de quem estamos falando e a quem estamos defendendo. Precisam realmente da defesa desta Casa, em um momento como este.

Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Sebastião Costa usasse novamente o microfone e colocasse sua linha de pensamento sobre como a Constituição vê a situação e como o Supremo poderá tratá-la, já que é um exímio advogado conhecedor das leis. É um representante da sociedade e recebeu seu diploma para defendê-la diante das injustiças, impasses e conflitos.

Esses, necessariamente, terão de obter as nossas posições. Espero que, no dia 21, a nossa Assembléia Legislativa esteja lotada de servidores com a cabeça erguida, podendo olhar em nossos olhos, quando buscam a defesa dos seus direitos, que são garantidos, mesmo que alguns entendam que não, levantando inconstitucionalidade sem buscar alternativas para dar um mínimo de afago a esses servidores, a fim de que se sintam representados. Precisamos refletir sobre isso e sobre a imoralidade. É moral demitir 100 mil pessoas que trabalharam por 20 anos, sem direito a nada? Cadê a inversão, o contraponto e o olhar para essa realidade? Isso jamais aconteceu na sociedade mineira. Quando a FIAT, a Volkswagen e a Ford demitem 2 mil pessoas, isso vira manchete no jornal "Nacional", e o País inteiro pára para ver. Então, há pressões de todas as linhas para que essas pessoas sejam protegidas. Vêm as férias coletivas, os dissídios e a busca da negociação, para que ninguém saia prejudicado. A empresa e o trabalhador são defendidos, e o Estado?

Sr. Presidente, quando falamos de crédito e de dinheiro em favor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, referimo-nos ao desenvolvimento sustentável para o campo, que é a luta iniciada pela FETAEMG. Recebi carta pedindo que possamos incluir no orçamento do Estado recursos para que a FETAEMG possa viabilizar um grande projeto de desenvolvimento rural sustentável. Esse conceito de sustentabilidade, Sr. Presidente, veio de reunião ocorrida em 1995, em (...). Os preceitos da questão do desenvolvimento sustentável vêm segundo hierarquia do conceito, porque, no início da economia, ouvia-se falar em crescimento, que é apenas o aumento do volume do PIB. O Deputado Delfim Netto dizia que tínhamos de deixar o bolo crescer para dividi-lo. Ou seja, dizia que tínhamos de dar mais dinheiro para o País e que podíamos concentrar esse dinheiro nas mãos de apenas 1%, porque não distribuíamos as riquezas agora. Dizia que não buscaríamos justiça para a sociedade, que apenas deveríamos adquirir riquezas e produzir. Então, teríamos a evolução para o desenvolvimento econômico. Falava que a leitura do desenvolvimento econômico é o crescimento com conquistas sociais. Mas referia-se às conquistas sociais na lógica do

capitalismo, porque, até hoje, ainda vemos o índice de desenvolvimento humano pela ótica do consumo. Observem quem consome mais energia, quem tem duas geladeiras, três televisões e dois carros. Essa é a ótica do desenvolvimento econômico defendida até então. O desenvolvimento representa apenas o poder de consumo do ser humano. Então, o mundo muda porque o homem começa a destruir a natureza. Em determinados lugares, como Ushuaia e Austrália, as pessoas estão começando a desenvolver o câncer de pele, devido à irresponsabilidade do homem que não respeita o planeta e as questões ambientais. Nesse ponto, o foco começa a mudar. A palavra de ordem para o mundo é o desenvolvimento sustentável, que significa a possibilidade de ter economias fortes, respeitando o ser humano, que tem de ter condição mínima de vida, mas que possa construir a sociedade sem comprometer a para as gerações futuras, ou seja, respeitando o meio ambiente.

Ao discutir a questão dos designados do Estado, Sr. Presidente, não estou saindo do contexto do projeto, porque estou tratando do desenvolvimento sustentável, que não pode ter apenas um ou duas pessoas, ou apenas um projeto como produto. O contexto precisa ser analisado como um todo, em um bloco.

Mas se insiste em que conclua neste momento, para dar continuidade aos trabalhos da Casa, não há problema, mas voltarei, ainda nesta tarde, insistindo, pedindo que nos ajude na construção e efetivação da justiça. Sei que V. Exa., na condução do Poder Legislativo, tem maturidade e coragem suficiente para isso e colocará em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 no dia 21/11/2001.

Continuaremos nessa luta, esperando que possamos fazer parte da história de Minas Gerais, deixando uma sociedade mais justa e humana para nossos filhos, que estarão vivendo amanhã. E que possam ser maiores do que nós e deixem o planeta melhor ainda para os filhos dos nossos filhos, para que, assim, a raça humana possa ter condição de se perpetuar e viver em harmonia com o nosso planeta Terra, porque não nos pertence, mas a toda a humanidade.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero destacar duas emendas que fizemos ao projeto do Governador, que determina os recursos, no valor de R\$16.000.000,00, a serem alocados no FUNDERUR. A destinação que estamos propondo tem a mesma finalidade de estimular os processos de desenvolvimento agrário e agrícola, portanto, não vejo incompatibilidade fundamentada nas razões estabelecidas pelo relator para invalidar a proposição.

Encaminho favoravelmente a essas duas emendas colocadas no relatório para rejeição, e mais que qualquer argumento novo vou apresentá-las aos Deputados. A Emenda nº 4 diz:

"Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial em favor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR -, até o limite de R\$7.000.000,00, e de R\$7.000.000,00 em favor do Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Valorização de Assentamentos Agrários".

Esse é um dos setores mais carentes tratados pelo Estado. Para se ter idéia, na proposta orçamentária do ano passado que vigora neste ano, o Governo propôs o valor de R\$1.000 para um dos setores mais importantes e cruciais, colocando-o como prioridade nas suas ações governamentais, para promoção social, para valorização do trabalho e geração de emprego e renda.

Os recursos alocados no Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Valorização de Assentamentos Agrários significarão mais emprego, mais renda, com melhor distribuição. O FUNDERUR, por outro lado, é administrado tendo em vista grandes projetos industriais. Dessa forma, os pequenos agricultores familiares ficam à margem do financiamento do Estado. Se todos os recursos propostos pelo Governo forem encaminhados ao FUNDERUR, nossa avaliação é a de que esses recursos serão destinados, prioritariamente, aos grandes projetos agrários e agrícolas. Então, é importante dividirmos metade para o FUNDERUR e a outra metade para o chamado Fomentar Terra, fundo para desenvolvimento da pequena empresa, o Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Valorização dos Processos de Assentamentos Agrários.

A emenda seguinte vai na mesma direção. É a Emenda nº 5, que propõe que o superávit financeiro do FUNDERUR, relativo ao exercício de 2000, R\$14.000.000,00, deverá ser aplicado no próprio FUNDERUR e no Fundo Rotativo de Fomento à Agricultura Familiar e de Valorização de Assentamentos Agrários, chamado Fomentar Terra, em partes iguais, ou seja, R\$7.000.000,00 para cada um. No ano passado, a proposição do Governo foi de apenas R\$1.000,00 para esse fundo, valor insignificante para estimular qualquer projeto, mesmo de pequenos produtores, da produção familiar. Queremos insistir com esse processo da distribuição de renda, da valorização da microempresa, dos pequenos produtores rurais, para garantir-lhes condições de melhoria para suas atividades, para suas empresas, para a estrutura que desenvolvem no campo, enfim, para lhes garantir os resultados necessários para o desenvolvimento, para a renda, para o crescimento. Dessa forma, poderemos assegurar, definitivamente, os processos de assentamento no campo, tão necessários para promover os procedimentos de autonomia, de melhoria das condições de vida, da promoção da justiça no Estado. Portanto, queria encaminhar favoravelmente a essas duas emendas e solicitar à Mesa que as encaminhe separadamente para efeito de votação. Estou me referindo às Emendas nºs 4 e 5, das emendas em andamento.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, eu só gostaria de aproveitar essa fase de votação para ressaltar a importância do Projeto de Lei nº 1.613/2001, do Governador do Estado, que vem trazer tranqüilidade maior ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado, uma vez que é um instrumento legal capaz de dar ao Corpo de Bombeiros o poder de fiscalizar as edificações, para que realmente a lei contra as questões que envolvam o incêndio e o pânico no Estado sejam cumpridas.

O Projeto de Lei nº 1.613, em seu art. 1º, diz o seguinte: "Toda edificação destinada a uso coletivo no território do Estado de Minas Gerais deve atender o disposto nesta lei com vistas a prevenção contra incêndios e pânico. Parágrafo Único - Para os fins desta lei, considera-se edificação destinada ao uso coletivo todo edifício de fins comerciais, industriais ou serviços que se preste à ocupação por pessoa em caráter permanente ou temporário, bem como qualquer edifício de apartamentos.

Art. 2º - Compete ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais analisar e aprovar sistema de prevenção contra incêndios e pânico em edificação; planejar, coordenar e executar as atividades de vistoria em edificação; aplicar sanções administrativas, sugerindo normas relativas à segurança de pessoas e bens contra incêndios ou outro tipo de acidente; fiscalizar o cumprimento desta lei, inclusive com penalidades proporcionais à gravidade da infração".

Sr. Presidente, nosso encaminhamento é breve, mas não poderia deixar de ressaltar a importância desse projeto, uma vez que ele é o instrumento legal que o Corpo de Bombeiros Militar tanto esperava para aplicar a lei e cobrar das pessoas físicas ou jurídicas que estejam construindo edificações, no intuito de executar, primeiramente, a prevenção contra o incêndio e o pânico dentro do Estado. Hoje o Bombeiro continua fazendo essa fiscalização, vistoriando, mas não dispõe de instrumento legal para aplicar multa, isso traz aos nossos soldados do fogo grande preocupação. Fiscaliza, mas não tem uma lei que lhe permita aplicar penalidade.

O projeto vem preencher essa lacuna que o Corpo de Bombeiros tinha no exercício de suas atividades. Sendo assim, Sr. Presidente, solicitamos

aos demais pares da Casa a aprovação da matéria, que é de extrema relevância não só para o Corpo de Bombeiros, mas também para toda a sociedade, na medida em que a aplicação dessa lei permitirá maior prevenção. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Só para fazer um registro. Esse projeto tramitou na Comissão de Direitos Humanos e tivemos preocupação de apresentar emendas no sentido de aperfeiçoá-lo.

Desde 1999, o Corpo de Bombeiros tem um estatuto jurídico diferente, já que se separou da Polícia Militar. Nós nos empenhamos, através de várias leis, buscando uma forma de a corporação ter condições de atuar com plenos poderes. O projeto encaminhado pelo Governador permite isso. Com os aperfeiçoamentos feitos por esta Assembléia, o instrumento será muito mais eficaz. Pedimos a aprovação desse projeto, que visa à maior segurança nos estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais de Minas Gerais. Nada mais correto que seja o Corpo de Bombeiros o órgão fiscalizador, regulador dessa atividade, assumindo sua atividade de proteção à vida e, cada vez mais, uma atividade civil. Obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, ocupamos esta tribuna, tendo em vista o que foi noticiado, através dos mais diversos meios de comunicação, sobre a questão da violência contra a mulher. Hoje, foi publicada notícia no "Estado de Minas", tendo sido os dados fornecidos pela Dra. Olívia Braga Melo, Delegada titular da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, em Belo Horizonte, pessoa que me substitui à frente dessa Delegacia, em que estive por 11 anos, tendo a honra e a alegria de implantá-la em Belo Horizonte. É lamentável constatarmos o fato de que, ontem, um advogado de 29 anos de idade matou a estudante Soraia Damas Bertanni, de 20 anos, de forma brutal, com tiros, em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A violência contra a mulher diminuiu em torno de 50%, um número considerável, mas preocupa-nos, ainda, quando vemos mulheres sendo assassinadas porque não querem continuar um namoro. Nesse caso, o rapaz matou a jovem e ainda teve a insensatez de atirar em sua própria cabeça.

Não tenho dúvida em dizer que as mulheres brasileiras têm duas histórias: uma, antes da criação da Delegacia de Mulheres, e outra, após a criação da Delegacia. Vimos que a sociedade brasileira assistiu perplexa, na década de 70 e até meados da de 80, a assassinatos de mulheres. Tinha virado moda no País assassinar mulheres e ser absolvido sob a alegação de legítima defesa da honra. Esse foi um momento extremamente triste da vida da sociedade brasileira. Mas foi exatamente nesse momento da abertura democrática, nesse momento das "Diretas Já" que a sociedade se organizou por intermédio das entidades representativas do sexo feminino e buscou do Governo uma posição séria, para que se garantisse a cidadania da mulher e, de uma forma muito especial, que se coibisse a violência contra elas. Foi aí que vimos as mulheres indo às ruas, à Praça da Liberdade, indo à praça do fórum e exigindo justiça para os assassinos de mulheres. Foi exatamente no dia 19/11/85 que tivemos a felicidade de criar a Delegacia de Mulheres em Belo Horizonte. E coube a mim implantar essa delegacia - e posso dizer que é uma referência, não somente para a Secretaria da Segurança Pública, mas para a sociedade belo-horizontina. Na realidade, podemos dizer que foi a vitória de uma idéia. Tivemos a alegria e a oportunidade de estar vendo ser criadas delegacias de mulheres por todo o Estado e pelo Brasil. Neste Governo, com muita satisfação, tivemos a oportunidade de estar participando da Delegacia de Mulheres de Araguari, Vespasiano, Coronel Fabriciano e Santa Luzia. Sobretudo, na Região Metropolitana, em Vespasiano e Santa Luzia, acompanhamos de perto a luta para que essas delegacias fossem implantadas, mas, numa grande parceria com os poderes municipais, vimos já implantadas essas delegacias.

Estamos vendo, com muita satisfação, que temos conseguido diminuir, sobremaneira, a violência contra a mulher, em Minas Gerais e no Brasil. Hoje, já temos mais de 500 delegacias de norte a sul do País e, em Minas Gerais, nas cidades de médio e grande portes, temos implantadas as delegacias de mulheres.

Quero ressaltar o brilhante trabalho da Chefe de Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso, Dra. Noemi Barros Guimarães Bernardes, da Dra. Olívia Braga Melo, Delegada Titular da Delegacia de Mulheres, das Delegadas Adjuntas, das Escrivãs, dos Detetives, enfim, de todo o corpo de policiais daquela delegacia e de todos os funcionários e estagiários que lá estão, buscando realizar um grande serviço de apoio às famílias envolvidas na violência. Ressalto ainda o apoio das magníficas irmandades do Alcoólicos Anônimos e do ALANO, que sempre deram suporte ao nosso trabalho; das nossas estagiárias de psicologia, estudantes da FUMEC, da Newton de Paiva, da Católica e da Federal; do posto da Defensoria Pública, que desde 1986, atua dentro da delegacia de mulheres. Temos a certeza de que cada um desses profissionais estão ali e nas mais diversas delegacias da região metropolitana e do interior do Estado cumprindo seu papel, buscando - e conseguindo - reduzir a violência contra a mulher.

Felizmente, no dia 19 de novembro, a Delegacia de Mulheres completará 16 anos de existência. No ano passado, fizemos, nesta Casa, reunião especial em homenagem aos seus 15 anos e, agora, já estamos cientes de que a Divisão e a Delegacia estão apresentando para a sociedade um belíssimo trabalho, feito, aliás, com as pessoas que lá estão, à disposição da justiça, nas suas duas celas.

Nosso voto de louvor à Dra. Noemi Barros Guimarães Bernardes, à Dra. Olívia e ao Secretário da Segurança Pública, Dr. Márcio Barroso Domingues, um jovem e competente Delegado, que conhece todas as demandas no que se refere à violência contra a mulher e contra a família. Por vários anos, foi nosso vizinho, chefiando o Instituto de Identificação e assistindo a toda a nossa movimentação, acompanhando-a de perto. Hoje, como Secretário de Estado, tem dado todo o apoio para o bom desempenho do combate à violência contra a mulher e contra a família.

Entretanto, neste momento, em que sabemos desse assassinato em Ribeirão das Neves, quero registrar que a seccional desta cidade tem um dos Delegados mais competentes dos quadros da Secretaria da Segurança Pública, o Dr. Messias Correia, que, certamente, não medirá esforços para indiciar, em inquérito policial, o autor desse assassinato, além de averiguar outros fatos divulgados ontem pela imprensa, dando-nos a impressão de que a violência, naquela cidade, tornou-se mais intensa.

Confiamos no trabalho do Delegado Messias, porque o conhecemos há mais de 20 anos. Foi um grande Delegado junto ao DETRAN, à Seccional de Venda Nova, ao 15º Distrito, enfim, deixou a marca de sua competência, seriedade, sabedoria e inteligência por onde passou. Desta vez, não será diferente, apesar dos poucos recursos que hoje a Secretaria da Segurança Pública tem, dentro de seu contexto. O número de policiais, muitas vezes, é pequeno para a demanda, mas temos certeza de que o Dr. Messias estará empenhado na solução dos fatos noticiados pela imprensa.

Queremos dizer, ainda, do quanto a sociedade precisa refletir sobre a questão da violência que se pratica contra a mulher.

Temos de refletir sobre a questão da violência de gênero. Como um cidadão jovem, com curso superior, tem a coragem de assassinar uma estudante também jovem, de 20 anos de idade, apenas porque não quis ter com ele uma relação de namoro? Cabe a nós, mães de família, professores, parlamentares e cada uma das pessoas que compõem a sociedade, questionar a violência de gênero. Sabemos que passa pela questão da superioridade e pela questão cultural; que, ao longo da história, um homem entendeu que a mulher deveria ser submissa e estar disposta a atender aos seus desejos e interesses, até mesmo para um namoro ou um casamento, contra a sua vontade. Nas escolas, nas faculdades, nas associações comunitárias, nas igrejas e nesta Casa, temos de trabalhar a reflexão da questão de gênero, mostrando que estaremos, cada um, dia-a-dia, inculcando na cabeça dos nossos filhos, familiares e alunos que a sociedade precisa da igualdade e da fraternidade, sem opressores e sem oprimidos.

Trago os dados da Delegacia de Mulheres publicado hoje no jornal "Estado de Minas", demonstrando que, de 2000 a 2001, conseguimos diminuir a violência contra a mulher. "Lesão corporal: 2.099 casos registrados em 2000, 1.413 em 2001. Ameaça: 2.192 em 2000, 1.625 em 2001. Estupros e tentativas: 205 em 2000, 94 em 2001. Vias de fato, agressão sem lesões: 1.991 em 2002, 1.484 em 2001. Sedução: 20 em 2000, 11 em 2001. Atentado violento ao pudor: 98 em 2000, 47 em 2001. Corrupção de menores: 37 em 2000, 5 em 2001. Favorecimento à prostituição: 22 em 2000, 22 em 2001. Importunação ofensiva ao pudor: 24 em 2000, 22 em 2001". Esses dados referem-se às ocorrências feitas até o dia 31 de outubro deste ano. Não temos dúvida de que a Delegacia, com toda a sua equipe de policiais, contando com o apoio da Secretaria da Segurança Pública, do nosso Superintendente-Geral, Dr. Jaci de Abreu, do Chefe do Departamento de Investigações, a que a Delegacia é subordinada, e do Dr. Paulo Porto, está imbuída do desejo de diminuir essa violência. As vítimas que ficavam constrangidas e que tinham medo de procurar a Polícia estão buscando as delegacias, porque sabem que a resposta será extremamente positiva. Por meio do trabalho policial, temos conseguido conter a violência na família. Registro o nosso apreço e voto de louvor à Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte, à Secretaria da Segurança Pública e ao Departamento de Investigações. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, srs. parlamentares, prezada assistência, telespectadores da TV Assembléia, a nossa presença na tribuna é para comunicar à Mesa e à Casa que, na condição de Líder do PSDB, fizemos protocolar hoje um requerimento, com base no Regimento da Casa, para que o Plenário delibere sobre a inclusão na pauta de votações da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, aquela que trata da situação dos professores designados do Estado.

Na semana passada esta Casa discutiu essa proposta numa reunião bastante concorrida, com as galerias lotadas, cheias de professores designados de todos os pontos do Estado. Houve um debate acalorado. Sentimos que o Plenário, na sua esmagadora maioria, manifestou-se favorável à aprovação da proposta cuja autora é a Deputada Elbe Brandão.

No expediente regimental, a Proposta de Emenda à Constituição nº 63 avançou, foi encerrada a discussão, e iniciou-se a votação. Infelizmente, não havia no Plenário o número suficiente de parlamentares para votação da proposta, que exige o quórum de 48 parlamentares, enquanto havia 42. Diante dessa situação, não foi possível efetivar-se a votação.

Surgiram na imprensa, de modo geral, diversas notícias de interpretações a favor e contra a proposta, agitando ainda mais o tema e tornando-o mais polêmico. Sentimos também que, a partir daquele dia, daquela tentativa de votação, tamanha a presença dos professores e o envolvimento do Plenário, o Governo se assustou e iniciou algumas pressões de bastidores para que a proposta não fosse votada por esta Casa, numa tentativa de empurrar o assunto, a fim de que a Assembléia, entrando em recesso, deixasse de deliberar sobre a proposta, e a sua votação ficasse para o próximo ano.

Não concordamos com essa posição. Podemos até concordar com o direito que o Governo tem de discordar da proposta, mas utilizar esse expediente de tentar empurrar o assunto para o ano que vem é inadmissível. Compreendemos, de diversas formas, as pressões que a Presidência possa, eventualmente, estar sofrendo com relação a essa questão. São pressões as mais variadas, dos mais diversos setores, inclusive com algumas argumentações jurídicas, umas favoráveis, outras contrárias. Achamos por bem que essa questão não deve ser decidida apenas pela Mesa ou pela Presidência. Queremos que o Plenário assuma a questão. Se a maioria do Plenário é favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, se a maioria do Plenário quer, efetivamente, resolver o problema de 120 mil professores que correm o risco de perder o seu emprego, dada a situação colocada pelo Governo com o concurso, seria mais viável, mais sensato, ouvir o Plenário com relação à inclusão na ordem do dia dessa proposta.

Esse é o teor do nosso requerimento. Votando esse requerimento, o Plenário estará deliberando a inclusão da proposta na pauta. A partir daí passa a ser decisão da Casa, e não apenas da Presidência ou da Mesa. Dessa forma, queremos dar um sentido mais "colegiado" a essa decisão, a fim de fortalecer o posicionamento político que a Casa está tomando com relação à proposta.

Tivemos informações de que, com relação à Proposta de Emenda de Constituição nº 39, votada também por esta Casa, estaria já o Ministério Público preparando ou apresentando algumas ações relativas a ela. É seu direito, é papel do Ministério Público, mas quem julga é o Poder Judiciário. A proposição do Ministério não significa que o julgamento final será favorável a ele.

E já que há essa discussão no âmbito do Judiciário, que se aprove o quanto antes a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, para que também seja alvo de estudo do Judiciário; que essas questões sejam resolvidas de uma vez por todas, e não fiquemos aí com ações e posições esparsas no tempo, gerando mais insegurança e aflição nesses servidores.

O nosso posicionamento, a nossa solicitação é para que o Plenário delibere, de maneira clara e transparente, de uma vez por todas, a inclusão, na ordem do dia, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63. Não podemos agir dessa forma, postergando uma solução, quando, em todo o Estado, cerca de 120 mil funcionários aguardam, ansiosos, o pronunciamento da Casa. A Casa precisa se posicionar, votar, dar um norte a essas pessoas, que estão esperançosas e querem ver a solução de suas questões. É preciso saber se a Assembléia vai dar essa possibilidade de ainda brigarem no âmbito do Judiciário. A Assembléia tem de se posicionar. O que não pode é fazer o jogo do Governo, ir jogando a coisa como fato consumado. Atitudes assim geram problemas como esse. No passado, não se resolveu a questão do professor designado. A coisa veio se acumulando no tempo. Por quê? Porque ninguém quis enfrentar o problema, que foi crescendo, e chegamos a esse ponto, ou seja, de 120 mil professores estarem vivendo situação de total insegurança e injustiça. Não estamos falando de ilegalidade, mas de injustiça mesmo. Estamos falando do impacto de 120 mil servidores demitidos, levando-se em conta que esses professores são responsáveis, em média, por três ou quatro pessoas em casa. Estamos falando de cerca de meio milhão de mineiros atingidos, direta ou indiretamente, pelo desemprego. O Governo não pode ficar insensível a isso, muito menos a Assembléia, que é a Casa do povo. Precisamos construir uma saída. A Proposta de Emenda à Constituição nº 63 traz o tema, é a solução idealizada pela Deputada Elbe Brandão, mas é possível que surjam idéias novas nesse processo, que surjam emendas e sugestões que venham, de forma criativa, resolver esse problema, encerrar essa discussão. Impedir que surja possibilidade de solução não é o melhor caminho. Entendemos que, neste momento, é um assunto tão grave, tão urgente, tão premente, que não deve ser decidido apenas pela Presidência da Casa. Deve ser tratado de forma coletiva. Por isso, estamos dando oportunidade ao Plenário de se manifestar em relação à inclusão, na ordem do dia, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, para que as pessoas interessadas possam participar do debate e para que os Deputados, por meio de emendas, de voto, de proposições e de articulações, encaminhem solução razoável para esse contingente de pessoas que estão aguardando posicionamento legal e político.

Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente. Estamos apresentando esse requerimento, solicitando aos Líderes da Casa que se atenham a essa matéria, para que a Assembléia, mais uma vez, como já se comportou no passado, possa servir de pólo, de fórum específico na solução de problemas graves que atormentam as famílias mineiras. A Assembléia é, realmente, o grande palco para essa discussão. Todas as vezes em que a sociedade mineira se sentiu atormentada, pelo menos nesta legislatura, foi a Assembléia que levantou a bandeira da solução. O Governo sempre foi omissivo, sempre lavou as mãos, não quis assumir a solução de nada, como aconteceu com esse problema, optando por negociar a questão do concurso, fazendo como avestruz, enfiando a cabeça num buraco, para não enxergar 120 mil professores.

Não estamos contra o concurso, mas não podemos encaminhar isso sem uma solução casada. É preciso vincular uma coisa à outra, porque estão intimamente ligadas, o concurso e esses professores designados. É preciso que caminhem juntos, o concurso para a legalidade que o Governo quer, e a solução necessária para essas pessoas, que poderão amanhã estar desempregadas por essa ação caolha e isolada do Governo, que não quis enxergar a realidade com a qual conviveu, com a qual foi conivente, porque, durante quase três anos, conviveu com

essa situação, designando professores também. Não é possível, agora, o Governo dizer que não tem nada a ver com essa história, que isso é coisa do passado. Não, o Governo também é responsável. E esse Governo, além de ser responsável pela situação dos designados, está sendo responsável pela demissão de 120 mil professores do Estado. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/11/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2025, 2069, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 16/10/2001 que nomeou Luzia Maria de Lucas Magalhães para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Márcia Regina de Diniz para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Cunha

exonerando Ivo Braga Guimarães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Magda Alves Martins para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 936/2000

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/11/2001, na pág. 24, col. 3, no inciso XV, onde se lê:

"(mil quinhentos e cinqüenta metros quadrados)", leia-se:

"(mil quinhentos e setenta e sete metros quadrados)".